



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA - PPGEH MESTRADO
PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA

ARNON VIEIRA BORRALHO

**A PANELADA COMO ESPAÇO DE ENSINO: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E
APRENDIZAGEM HISTÓRICA EM IMPERATRIZ - MA**

ARAGUAÍNA - TO

2022

ARNON VIEIRA BORRALHO

A PANELADA COMO ESPAÇO DE ENSINO: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E
APRENDIZAGEM HISTÓRICA EM IMPERATRIZ - MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ensino de História – ProfHistória da Universidade
Federal do Tocantins, como requisito para obtenção do
grau de Mestre em Ensino de História

Orientador: Prof. Dr. Dagmar Manieri

ARAGUAÍNA - TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

B214j Bandeira, Manuel Carneiro de Sousa.
 Jornalismo no século XX: novos paradigmas . / Manuel Carneiro de
 Sousa Bandeira. – Palmas, TO, 2016.
 148 f.

 Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do
 Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-
 Graduação (Mestrado) em Comunicação e Sociedade, 2016.

 Orientador: José Bento Renato Monteiro Lobato

 Coorientadora : Cecília Benevides de Carvalho Meireles

 1. Jornalismo. 2. Observatório. 3. Memória. 4. Folkcomunicação. I.
 Título

CDD 302.2

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde
que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica
da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

ARNON VIEIRA BORRALHO

A PANELADA COMO ESPAÇO DE ENSINO: EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL E APRENDIZAGEM HISTÓRICA EM IMPERATRIZ – MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – ProfHistória. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Ensino de História e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 28 / 03 /2022

Banca Examinadora



Prof. Dr. Dagmar Manieri - UFT



Profª. Dra. Luciana Braga Silveira - UFLA



Prof. Dr. Dimas José Batista - UFT

AGRADECIMENTOS

À minha mãe – Nazaré, que foi a primeira preceptora a me proporcionar os passos da aprendizagem. A que teve a preocupação e a sabedoria de nos mostrar que a educação é o caminho a seguir; que diante de todas as dificuldades me deu forças por meio de suas palavras de resistência. Talvez nem se lembre mais, mas guardei com fé e as coloquei em prática. E aqui estou, marcado pela sua visão empírica, na qual acreditei e por isso fui o primeiro dos seus rebentos, dentre dez filhos e filhas, a cursar uma graduação universitária e agora um curso de mestrado. Muito obrigado! Acredito que fez tudo que estava ao seu alcance. Obrigado a toda minha família.

À Universidade Federal do Tocantins, pelo seu espaço e toda a estrutura que proporciona o acontecer do ProfHistória, que é de suma importância para a região leste amazônica que abrange o norte do Tocantins, sudoeste do Maranhão e sudeste do Pará, que é carente de espaços de formação escolar e universitária. O meu agradecimento infinitamente a toda equipe de professores e professoras da Universidade Federal do Tocantins do Curso de História, por contribuir com nossa formação. Obrigado à Secretaria do ProfHistória da UFT na pessoa de Alessandra, sempre pronta e atenciosa para nos atender.

À professora - Vera Caxeta, sempre aguerrida e pronta para fazer acontecer o processo de ensino e o avanço da Educação em nosso país. Agradeço pelo incentivo constante à nossa formação e por acreditar numa mudança transformadora para melhor. Valeu pela força.

Ao professor orientador - Dagmar Manieri, obrigado pelas dicas na realização do trabalho e por fazer parte dessa equipe maravilhosa de professores do ProfHistória da UFT-Araguaína; pela sua atenção e compreensão nesse momento tão difícil que passamos devido à pandemia do novo Coronavírus (covid-19).

À coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), à equipe que ainda acredita na formação e na expansão da pós-graduação no Brasil.

Aos professores e professoras que fazem parte da banca, agradeço pela disponibilidade e por compartilhar do conhecimento de vocês para aperfeiçoar e expandir o nosso conhecimento.

Aos colegas, amigos de mestrado, obrigado por ter feito parte desse momento tão bacana de aprofundamento dos nossos conhecimentos. Valeu a pena os nossos encontros, confabulações, debates, estudos, nervosismos, risadas. É isso aí! Estamos juntos.

Enfim, aos meus queridos estudantes, às minhas queridas estudantes que se prontificaram desde o início a fazer parte desse trabalho de “ensinagem”. Mesmo diante de

tantas dificuldades, do cansaço do cotidiano, consigo enxergar nos olhos de muitos de vocês a esperança de dias melhores e é isso que me faz renascer, a cada dia, faz fortalecer e resistir para continuar contribuindo como professor de História.

Quero que todos e todas se sintam abraçados e vamos fazer valer a pena a nossa História.

RESUMO

Este trabalho teve como propósito uma produção didática pedagógica para o Ensino de História, utilizando a Panelada como espaço de Ensino. O objetivo principal foi compreender os acontecimentos no espaço em que ocupamos a partir da relação do patrimônio cultural e a história local. Teve como estratégia metodológica a Educação Patrimonial que além de dar suporte para o ensino de História, criou possibilidades para que os estudantes reconhecessem a panelada como patrimônio integrante da cultura e da história local. O trabalho possui meios de estabelecer uma relação de “ensinagem” com os estudantes a partir de discussões sobre a memória histórica e sua relação com o patrimônio cultural. Além de buscar superar as dificuldades de muitos estudantes em não compreender a diversidade de patrimônio cultural no espaço em que estão inseridos, imbuídos por uma visão de patrimônio cultural monumentalista e eurocêntrico. O uso da Educação Patrimonial com os estudantes no processo de “ensinagem” em espaços não-formais, contribuiu para que os estudantes assimilassem a relação da história local com a panelada e compreendessem historicamente sua importância como patrimônio cultural da cidade de Imperatriz. O recurso didático do trabalho foi constituído de uma sequência didática que possibilita aos professores experienciarem com seus estudantes ao utilizar esse tipo de temática no Ensino de História.

Palavras-chaves: Ensino de História. Educação Patrimonial. Memória. Panelada. História Local.

ABSTRACT

The purpose of this work was a pedagogical didactic production for History Teaching, using Panelada as a teaching space. The main objective was to understand the events in the space we occupy based on the relationship between cultural heritage and local history. The methodological strategy was Heritage Education, which in addition to providing support for the teaching of History, created possibilities for students to recognize the panada as an integral part of local culture and history. The work has ways of establishing a “teaching” relationship with students based on discussions about historical memory and its relationship with cultural heritage. In addition to seeking to overcome the difficulties of many students in not understanding the diversity of cultural heritage in the space in which they are inserted, imbued by a vision of monumentalist and Eurocentric cultural heritage. The use of Heritage Education with students in the “teaching” process in non-formal spaces helped students assimilate the relationship between local history and the panada and historically understand its importance as a cultural heritage of the city of Imperatriz. The didactic resource of the work consisted of a didactic sequence that allows teachers to experiment with their students when using this type of theme in History Teaching.

Key-words: History Teaching. Heritage Education. Memory. Paneled. Local History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fábrica de descaroçar algodão	19
Figura 2 – Foto do Sr. Acrízio Xavier da Costa.....	22
Figura 3 – Carrinho mais moderno para a venda de panelada	22
Figura 4 – Venda de panelada, próximo a Br-010 em Imperatriz.....	23
Figura 5 – Consumo de panelada nas quatro bocas.....	24
Figura 6 – Venda de panelada nas quatro bocas.....	24
Figura 7 – Fachada do panelódromo, que homenageia o Sr. Acrízio Xavier da Costa.....	26
Figura 8 – Panelódromo antes da inauguração em 2020.....	26
Figura 9 – Panelódromo em uso, após a inauguração em 2020.....	27
Figura 10 – Negras vendendo frutas no tabuleiro, no Brasil colonial, gravura de Jean-Baptiste Debret (1768-1848).....	29
Figura 11 – Casa da Torre, propriedade de Garcia D’Ávila.....	34
Figura 12 – Caminhos do Gado.....	35
Figura 13 – Rota de expansão da Frente Pastoral.....	36
Figura 14 – Pintura do desembarque de Frei Manoel Procópio pelo rio Tocantins.....	39
Figura 15 – Esquema das atividades econômicas e periodização no processo de ocupação de Imperatriz.....	42
Figura 16 – Localização de Imperatriz no Brasil.....	43
Figura 17 – Aula dialógica e reflexiva sobre Patrimônio Cultural e o Ensino de História.....	73
Figura 18 – Aula dialógica sobre Patrimônio Cultural e o Ensino de História.....	73
Figura 19 – Atividade proposta realizada pelos estudantes.....	74
Figura 20 – Atividade proposta realizada pelos estudantes.....	75
Figura 21 – Visita dos estudantes à venda de panelada para entrevistar as paneleiras.....	80
Figura 22 – Visita dos estudantes à venda de panelada para entrevistar as paneleiras.....	80
Quadro 1 – Demonstrativo sobre o que os estudantes consideram como patrimônio cultural.....	46
Quadro 2 – Demonstrativo sobre o que os estudantes consideram como exemplo de cultura.....	47
Quadro 3 - Dados do perfil socioeconômico dos estudantes do 7º da Escola "Mariana Luz" do ano de 2020.....	68
Quadro 4 – Resultado geral do questionário diagnóstico sobre o conhecimento dos estudantes em relação à Educação Patrimonial, Cultura e Patrimônio Cultural.....	70
Apêndice A - Questionário exploratório para levantamento de dados sobre o perfil socioeconômico dos estudantes.....	91

Apêndice B - Questionário diagnóstico exploratório utilizado para saber dos estudantes sobre o seu conhecimento em relação à educação patrimonial, cultural e patrimônio cultural.....	93
Apêndice C - Roteiro de perguntas utilizado para entrevistar as paneleiras, vendedoras de panelada.....	94
Apêndice D - Receita básica para o preparo da panelada de Imperatriz.....	96
Apêndice E - Termo de consentimento livre esclarecido dos pais dos estudantes.....	97
Apêndice F - Termo de autorização de uso de imagem.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UEMASUL	Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	A PANELA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE IMPERATRIZ.....	21
1.1	A História Local como Espaço-Tempo de Reflexão para a Aprendizagem Histórica.....	30
2	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: REFLEXÃO PARA CONSCIENTIZAÇÃO.....	44
2.1	Patrimônio Cultural na Perspectiva da Diversidade.....	48
2.2	Patrimônio Cultural para além do Monumento.....	56
3	A EXPERIÊNCIA DA PANELADA: ESTRATÉGIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.....	64
3.1	Caminhos para a Panelada, Possibilidades para uma Reflexão Patrimonial e Histórica.....	67
	Considerações Finais	83
	Referências.....	87
	Apêndices.....	91

INTRODUÇÃO

Neste trabalho foi desenvolvido uma proposta de Ensino de História, tendo como objeto de pesquisa a “Panelada” e sua relação com a História local. Para a realização desse trabalho foi utilizado a pesquisa – ação como abordagem metodológica.

O trabalho com a história significa não mais se ater somente aos eventos tradicionais, em que praticamente não haviam contradições, principalmente depois que essa disciplina de ensino passou a se inter-relacionar com as ciências sociais. Como a historiografia buscou novas abordagens de investigações, o ensino de história também teve que perfazer novos caminhos que resultaram em novas transformações, não mais objetivado por uma perspectiva positivista. Isso fez com que o ensino de história pudesse abordar novos métodos, e o historiador pôde também construir o seu objeto de investigação (NADAI, 2002).

No ensino de história o conteúdo abordado tem que estar relacionado com a vivência dos estudantes em seu cotidiano, com a finalidade de estimulá-los para irem em busca de novas descobertas. Transmutar o conteúdo histórico à realidade dos estudantes, proporcionará melhores significados, no intuito de que possam perceber-se como atores sociais de sua própria história. Saber, portanto, reverberar no espaço social onde estão inseridos, com o conteúdo histórico, proporciona melhor reflexão para a aprendizagem histórica.

Ao questionar os estudantes sobre o que pode ser classificado como elemento da história local, da cultura, da identidade, de suas representações e dos saberes populares, eles se referem aos prédios (ou praças) antigos. Observa-se que os estudantes se ausentam dos contextos socioculturais, do saber fazer do cotidiano, dos seus costumes e suas tradições. É notório, portanto, a necessidade da promoção de um conhecimento mais aprofundado sobre o patrimônio cultural no contexto da história local. Além de conhecer a importância do patrimônio cultural, é necessário construir mecanismos para se trabalhar no espaço escolar e fora dele, para ampliar o conhecimento sobre patrimônio na prática e no espaço em que os estudantes estão inseridos.

Tanto no espaço escolar como fora dele, pode-se levantar elementos que poderão ampliar o conceito de patrimônio aos estudantes, em sua diversidade e tratá-lo como tal. Além disso, compreender o patrimônio cultural nos saberes e práticas populares em sentido amplo, conceitual, simbólico e sua presença notável no contexto histórico.

Abordar a história local e sua relação com os saberes culturais, utilizando metodologicamente, a educação patrimonial, os estudantes terão oportunidades e possibilidades para a aprendizagem histórica.

A História Local contempla a realidade mais próxima dos estudantes, promove com maior efetividade o processo de “ensinagem”¹. O ensino de História Local, principalmente para o ensino fundamental possibilita a formação de um raciocínio de história que contempla toda uma coletividade estabelecendo uma realidade mais próxima (Barros, 2013).

As particularidades socioculturais numa sociedade multicultural são elementos importantes que se reportam à história do passado. E a sua memória é o que proporciona sentido às práticas do tempo presente. Direcionado nessa perspectiva, esse trabalho propõe uma reflexão para estabelecer uma relação de ensino e aprendizagem com os estudantes, a partir da memória histórica e sua relação com o patrimônio cultural, utilizando a “panelada” e reconhecendo-a como elemento componente da cultura local.

Muitos historiadores dividem suas opiniões sobre a origem da panelada, entre o Nordeste do Brasil, Portugal ou no Brasil-Colônia. Porém, em um filme-documentário o jornalista e historiador Adalberto Franklin (2012) afirma em entrevista, que: a “panelada” se originou das festas das ferras de gado das fazendas do sertão do Nordeste. Posteriormente trouxeram para a cidade e essa tradição, esse costume, já vem enraizado secularmente entre as famílias que moradoras da região.

Ao se tratar em panelada se constrói um sentido histórico para essa modalidade de comida sul maranhense, uma espécie de alimentação, segundo as paneleiras e vendedoras, feita com muito amor e bem acessível a qualquer cidadão. Hoje, a “panelada” é um dos pratos principais da culinária da cidade de Imperatriz.

Portanto, é na perspectiva de uma educação inclusiva, multicultural, flexível, que abrange os saberes cotidianos que inclui todos os sujeitos, é que se reconhecerá a escola como parâmetro de afirmação. “Trata-se, pois, de uma postura, de um discurso que traz consigo a crítica ao sistema brasileiro, à sua concepção e organização histórica, atrelada aos interesses dos setores dominantes da sociedade” (Silva e Guimarães, 2012, p.45).

Para implementar essas reflexões um recurso pedagógico é indispensável, pois no ensino de história é necessário questionar os fatos: sobre como foi? Como era? E por que desse modo hoje? Pelo patrimônio muito tem a se discutir sobre a sociedade, os seus

¹ A expressão “ensinagem” foi utilizada no texto de ANASTASIOU, L. G. C., a partir da pesquisa de doutorado: Metodologia do Ensino Superior: da prática docente a uma possível teoria pedagógica. Curitiba: IBPEX, 1998: 193-201. Termo adotado para significar uma situação de ensino da qual necessariamente decorra a aprendizagem, sendo a parceria entre professor e alunos, condição fundamental para o enfrentamento do conhecimento, necessário à formação do aluno. Tanto a ação de ensino quanto a de apreender, em um processo contratual, de parceria deliberada e consciente para o enfrentamento na construção do conhecimento escolar, decorrente de ações efetivadas na sala de aula e fora dela. A partir dessas reflexões foi que surgiu o termo ensinagem.

costumes, tradições e cultura para construir saberes históricos. Isso evoca artifícios históricos do passado para articular com o presente e ressignificá-los.

Jenkins (2001, p.33) afirma que: “[...]. Para explicarem o passado, os historiadores vão além do efetivamente registrado e formulam hipóteses seguindo os modos de pensar do presente.” É nessa perspectiva que se faz necessário discutir o processo e a construção histórica, uma vez que, o passado é um artefato nosso e somos produtos desse passado. Por conseguinte, por meio dos registros do passado, pode-se ir mais além, formular hipóteses seguindo os modos de pensar do presente (Jenkins, 2001).

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. Contudo, essa mudança ainda não alcançou a amplitude necessária para que a população e os próprios estudantes chegassem ao conhecimento e valoração das práticas e domínios da vida social, que são manifestadas em saberes, ofícios e modos de fazer.

O patrimônio de natureza material tem mais notabilidade, provavelmente devido a sua expressão monumental. Há também o fato de que a primeira legislação patrimonial apontada, qualificada por um caráter dominante, deu ênfase apenas aos monumentos e construções historicamente célebres. Além disso, a ideia de preservação aos “padrões de patrimônio” foi elaborada a partir de componentes artísticos firmados e identificados como “bens históricos valiosos e importantes”. Haja vista essa ideia que é bastante reproduzida pelas mídias.

Oriá (2001, p.131) cita que “[...] a partir dessa concepção elitista, acabava-se por forjar uma identidade nacional única para o país, excluindo as diferenças e a pluralidade étnico-racial de nossa formação histórica”. Ou seja, isso reafirma a política colonialista com um discurso homogeneizador.

Em consequência disso, para a maioria dos estudantes o patrimônio de natureza imaterial é praticamente imperceptível em sua relevância como constituinte histórico. Há a possibilidade de que isso ocorra em consequência de que as práticas e saberes populares não estão intrinsecamente ao “controle social” da classe dominante; ou os negócios de mercado do capital ainda não terem dado muita relevância para a obtenção de lucros nessa área.

Por esse motivo de imposição da política colonialista ainda bastante presente, faz-se necessário orientar os estudantes sobre a importância das práticas e dos saberes da memória histórica em sua diversidade. Considerar a importância da representatividade que essas práticas possuem em sua relação com a história local, ressignifica o contexto histórico e possibilita aos estudantes ocuparem o seu espaço como atores sociais e sujeitos da história.

A Educação Patrimonial pode viabilizar as manifestações da busca pelo conhecimento a partir das vivências dos estudantes, observando com mais afinco tudo aquilo que os cercam.

Ao observar o conhecimento insuficiente sobre a história e a cultura da cidade, houve a necessidade de realizar com os estudantes da escola municipal Mariana Luz, do 7º ano, a elaboração dessa pesquisa conjunta, participativa e de interferência. Apresentar a “panelada” como elemento representativo da memória histórica e da sua contribuição na formação da identidade cultural coletiva local. Ensinar história a partir dos saberes e fazeres locais viabiliza outras histórias no currículo. Instiga os estudantes a repensar o seu papel como atores sociais no diálogo com outras narrativas do passado.

É fundamental evidenciar o contexto histórico local, a cultura e sua tradição, o ensino de História por meio da educação patrimonial e o uso da “panelada” como elemento cultural, facilitou aos educandos a aprendizagem histórica relacionada com o contexto social em que vivem.

O patrimônio imaterial em sua relação com o ensino de História na sala de aula é um desafio, ao mesmo tempo uma possibilidade para o ensino de história local. Segundo documento do IPHAN, a Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial realizada em Paris no dia 17 do mês outubro do ano de 2003, apresentado em (IPHAN, 2013), definiu Patrimônio Imaterial como: práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados, que as comunidades, os grupos, e em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante do seu patrimônio.

Os patrimônios da cultura imaterial estão presentes em nosso cotidiano mesmo que não esteja feito todo o processo de tombamento. Basta olharmos ao nosso redor e perceber que a oralidade deixou várias tradições e costumes. Na culinária por exemplo, a “panelada” constitui além de um elemento de representação, também de relações entre classes, sobretudo de identidade.

Na obra *A economia das trocas linguísticas*, Bourdieu (2008) aponta que a luta por identidade regional ou étnica é luta por classificação, lutas para fazer ver e de fazer crer, de conhecer e de fazer reconhecer. É também um processo daquilo que ele chamou de "divisão", da comida elitizada, pela comida dos comuns. Embora a panelada faz com que pessoas de diversas classes da sociedade contemporânea consumam o prato.

O conceito de Memória tem sido utilizado por muitos historiadores, principalmente aqueles ligados a história do cotidiano e a história local. Em função disso, optou-se por utilizar o conceito amplamente abordado em *História e Memória*, de Jacques Le Goff (2013).

Este trabalho, por sua vez, propõe refletir sobre a identidade histórica dos sujeitos que compartilham dos costumes e da culinária local; sua memória, seus sentimentos, suas lembranças, suas vivências e seus fatos estão inseridos na “panelada” como constituidor do patrimônio cultural da cidade de Imperatriz no Maranhão.

A partir de Pierre Nora e Jacques Le Goff tem se encontrado muito nos últimos debates temas relacionados à história local e problemas dos quais a memória e a história evocam. Assim, a utilidade da história faz questionar qual o papel da memória. E conseqüentemente a ambivalência entre elas. Saber-se que História e Memória relacionam-se constantemente, haja vista, que a história na historiografia se utiliza de uma narrativa técnica com método e com finalidade de ensino na sua construção. No entanto, a memória por sua vez utiliza-se de experiências passadas para a elaboração da história, no qual há sentimentos, vontades, sonhos, emoções. São evocadas ou omitidas; e são sobretudo uma relação que os sujeitos estabelecem com o seu passado no presente.

O ofício da História é conhecer o passado. Le Goff (2013, p.477) diz que “[...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.

Para pensar a memória social, é interessante considerar o caminho da oralidade na contemporaneidade, visto que, muitas comunidades a utilizam para socializar os seus conhecimentos de gerações e gerações. Em *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*, Bittencourt (2008) enfatiza que a memória é um instrumento importante para a aproximação entre a história ensinada e o contexto em que vive o estudante. A história local é uma ponte para a história do cotidiano. No entanto, para ela este campo abre diversas possibilidades e diferentes objetivos na escrita dos intelectuais e historiadores.

Desde criança, especificamente na fase dos sete anos aos dez anos de idade me despertou o interesse pelo conhecimento histórico. Observava o que estava em minha volta; na cidade em que nasci, São Luís Gonzaga do Maranhão, localizada na mesorregião centro maranhense e microrregião do médio Mearim, situada a 209 quilômetros da Capital do Estado do Maranhão, São Luís. Nessa cidade existia um conjunto de prédios com paredes amplas e de extensas larguras, que praticamente tomava o espaço de todo o lado esquerdo da rua e chegava a se confrontar com a margem direita do rio Mearim².

Aquelas edificações conhecidas popularmente como “Aboud”, instigava-me a atenção,

² Rio que forma a maior bacia hidrográfica do Maranhão.

pois eu nasci e cresci nessa rua, que tem por nome - Magalhães de Almeida. Aos oito anos de idade resolvi entrar nesse prédio abandonado. As larguras das paredes e a altura do telhado me deixavam surpreso e ao mesmo tempo curioso. Ao adentrar neste espaço, encontrei uma armação de maquinário ainda instalado num dos blocos do conjunto de prédios, sendo de enorme dimensão, que partia do subsolo até se aproximar do telhado a uma altura aproximada de cinquenta metros.

Quando voltei para casa, comecei a indagar à minha mãe sobre esse conjunto de prédios, sua estrutura e o maquinário que se encontrava no seu interior. Ela me disse que nesses prédios funcionou por muito tempo uma fábrica de algodão. Ela relatou o motivo de ser chamado “Aboud”: era pelo fato de o proprietário pertencer a uma família que possuía esse sobrenome e residia em São Luís. Todas essas inquietações aumentavam com os livros didáticos de história que eu utilizava para os estudos. Manifestava sempre a curiosidade dos acontecimentos do passado e os questionamentos do porquê de determinada situação no presente. Sempre refletia e questionava sobre algum fato do passado pelo que observava no cotidiano. Somente após o Ensino Médio, quando estudara para o vestibular, pude compreender e relacionar a função da fábrica de algodão que existiu no conjunto dos prédios antigos. Compreendi que essa fábrica era consequência da política econômica do sistema colonial, pois o Maranhão se tornou o maior produtor de algodão do Brasil, no chamado ciclo do algodão, que se iniciou com implantação da política do governo português, por meio do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo e Marquês de Pombal. Essa política econômica na produtividade de algodão, implantada a partir de 1755 com a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, fez com que o Maranhão saísse de uma economia de subsistência para uma nova fase econômica, através da cotonicultura (DORNER; OLIVEIRA; SHEIDER, 2019, nº 16).

Esse ciclo perdurou por muitos anos, de 1775, passando pelo período de ampliação de produção para exportação, principalmente na época da Guerra de Secessão nos Estados Unidos (ou Guerra Civil Americana) entre 1860 a 1865. Mesmo os Estados Unidos reestabelecendo sua produção após a guerra e ter diminuído a demanda no mercado pelo algodão do Maranhão, a produção da cotonicultura continuou e o processo de produção de algodão se estendeu até a primeira metade do século XX. Portanto, a partir desse estudo historiográfico compreendi a existência do monumental conjunto de prédios naquela rua, em São Luís Gonzaga do Maranhão, pois era uma das unidades de descaroçar algodão e conseqüentemente, influenciado pelo ciclo algodoeiro nesse estado. A ilustração mostra a fábrica de descaroçar algodão de propriedade da família Aboud, à margem do rio Mearim, em

São Luís Gonzaga do Maranhão.

Figura 2 - Fábrica de descaroçar algodão



Fonte: álbum da família Fortes. (Registro fotográfico da década de 1970).

Posteriormente, em visita à cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, ao contemplar o conjunto arquitetônico do chamado “Centro Histórico”, influiu-me ainda mais questionamentos sobre os contextos históricos e sociais do passado. Cada detalhe da arquitetura e dos objetos que olhava nos museus me remetia a uma reflexão mais introspectiva sobre uma época em que não havia vivido.

O patrimônio histórico cultural sempre me despertou interesse, porém, compreendia que ele era restrito a edificações antigas ou objetos antigos pertencentes a algum “personagem histórico”, que estava presente no livro didático. Era exatamente desse modo que eu compreendia a disciplina de história: não me sentia parte dela nem me enxergava como sujeito histórico. Entendia que para fazer parte da história teria que ser uma personagem envolvida na política ou pertencente a uma família com grande poder econômico.

A temática do patrimônio histórico me fez interessar pelo ensino de história, *a priori* numa visão eurocêntrica, monumentalista e também influenciado pela religião cristã católica. Todavia, a partir de minha formação, foi-se desconstruindo esse entendimento e percebi o patrimônio de maneira mais abrangente. Na graduação em licenciatura de história tive interesse pelas abordagens de patrimônio cultural, porém no transcorrer do curso, insuficientemente se discutia sobre a temática.

Ao ingressar na carreira do magistério, constatei uma realidade que havia absorvido durante a trajetória como estudante e que ainda se mantém e está bem presente no ensino de história, que é resumir o patrimônio cultural na perspectiva monumentalista.

Nas aulas de história, quando se dialoga sobre patrimônio cultural, tão logo os estudantes, especificamente do ensino fundamental, atribuem a ideia a um bem familiar ou a um prédio antigo. Caracteriza-o como fonte histórica, porém, concomitantemente, quando se menciona sobre algo mais recente do cotidiano, relacionado ao seu modo de vida, eles não referenciam como patrimônio cultural.

Por mais de 12 anos atuo no magistério em escola pública e constatei a importância de que o patrimônio cultural deve ser referência nas aulas de história, para que os estudantes compreendam o processo de sua formação histórica numa realidade bem próxima a que vivem. A partir dessa experiência, percebi que poucos estudantes têm interesse pelo patrimônio cultural e muito menos quando ele é intangível.

Com o ingresso no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, tive a possibilidade de contribuir por meio desse trabalho, abordando no currículo de ensino dessa disciplina a temática: Patrimônio Cultural e a Histórica Local. Dessa forma possibilitou novas perspectivas aos estudantes contribuindo com uma reflexão mais aprofundada sobre essa questão.

Esse trabalho serve como fonte de informação para a população, suporte aos estudantes e professores como recurso material para o estudo e o ensino de História. Além disso, propõe o reconhecimento da “panelada³” como elemento constituinte da cultura local. Embora seja direcionado para a história local, não significa dispensar a sua aplicabilidade em outras localidades. Este trabalho proporciona a sua aplicabilidade com outros tipos de saberes históricos, no que concerne a patrimônio cultural e sua relação com a história.

³ Ver receita da panelada no apêndice.

CAPÍTULO 1 - A PANELADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE IMPERATRIZ – MA.

“Panelada”⁴, substantivo feminino que na origem da palavra: *de panela+ada* tem em seu significado: o conteúdo de uma panela cheia.

A “panelada” em sua tradição pode ser considerada parte da história local, pois ocupou espaço ao longo do tempo no contexto da memória histórica da cidade de Imperatriz, além de representar a identidade das pessoas que a vendem, como também das pessoas que consomem esse tipo de alimento. São as ações promovidas pela comunidade local, que a partir da preparação e da venda desse alimento, tornar-se parte dos seus cotidianos e contribuem para a construção da relação sociocultural e econômica que dão suportes elementares à formação cultural. São essas construções, práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades, os grupos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, 2003, p. 1).

A “panelada” pode ser encontrada em vários lugares do Brasil, porém com uma diversidade de preparo, tanto quanto das partes utilizada do gado, como a variedade do uso de temperos, por exemplo. Em Portugal é conhecida como “tripas à moda do Porto”, ou “dobrada lisboeta”. Em São Luís do Maranhão é conhecida como mocotó, geralmente preparada somente com os nervos e os pés do gado (as unhas). Observa-se também a presença marcante da “panelada” em vários Estados do Nordeste, principalmente no Ceará onde existe muita variedade no preparo, como a “panelada” de cabrito ou de carneiro, afirma Leal (1996). Há outros locais que apreciam a “panelada” como no Piauí e em Pernambuco chamada de dobradinha. Em Minas Gerais é conhecida como cozido mineiro.

Na obra - *Gastronomia Regional*, Sousa (2005) afirma que percebendo as demandas e as oportunidades que Imperatriz oferecia, o senhor Acrízio iniciou em 1964 a venda de comida típica regional, preparada por ele e sua esposa. Inicialmente, a comercialização era feita de porta em porta. Segundo a senhora Rita Ferreira de Sousa, os pratos preferidos pela clientela eram galinha caipira, bife de panela, arroz com fava e cozidão.

A “panelada” era conhecida, porém não muito preferida. Posteriormente, o senhor Acrízio Xavier da Costa construiu um carrinho de madeira fechado, com pneus também de madeira, no qual era transportado panelas com alimentos pelas ruas de Imperatriz. Ao efetivar a venda de porta em porta, com higiene e o bom tempero de sua comida, proporcionara a garantia duma clientela fiel e popularizou o que veio a se tornar o seu prato principal: a “panelada”. O

⁴ <https://www.meudicionario.org/paneladita>

senhor Acrízio Xavier da Costa começou a ser conhecido como o Acrízio da “panelada”.

Figura 2 – Foto do sr. Acrízio Xavier da Costa



Fonte: álbum da família cedido por Luiz Arcanjo, neto do Sr. Acrízio.
(Registro fotográfico de 1971).

Figura 3 – Carrinho mais moderno para a venda de panelada



Fonte: Autor, 2020.

Em Imperatriz, tradicionalmente se utilizam os carrinhos de madeira. O carrinho de

“panelada” é um aprimoramento do tabuleiro, que foi aperfeiçoado com rodas, cobertura ao centro como se fosse uma espécie de caixa para alojar as panelas de arroz e outros tipos de comidas. Então se pode observar que as negras de tabuleiros, vindas da África, tradicionalmente tinham o costume de vender comidas ambulantes. A venda das vísceras do boi, citado no romance de Aluísio Azevedo, realizada por uma preta velha num imenso tabuleiro, sintetizou e culturalmente traduziu no Sr. Acrízio, uma africanidade independentemente de sua origem étnica. No contexto histórico cultural da cidade tudo isso fica esquecido ou apagado. Todos falam de “panelada”, porém, esquecem da influência cultural negra africana imbuída.

Ilustração, venda de panelada, na avenida Getúlio Vargas, próximo a BR-010, na cidade de Imperatriz:

Figura 4 – Venda de panelada, próximo a Br-010 em Imperatriz



Fonte: Autor, 2020.

A “panelada” é um dos pratos principais da culinária da cidade de Imperatriz. Ao falar em “panelada” se constrói um sentido histórico para essa modalidade de comida típica sul maranhense. Ela é preparada com as vísceras, nervos, estômago e as patas do gado. Pode ser servida com arroz branco, farinha, pimenta e limão. O ponto de venda nas “Quatro Bocas” funciona há mais de 50 anos. É bastante frequentado e se tornou tradição, devido ao local ter sido ponto de embarque e desembarque de trabalhadores que trabalhavam na lavoura de arroz, nas terras conhecidas como “estrada do arroz”, no período em que Imperatriz vivenciou o chamado ciclo econômico do arroz, a partir dos anos de 1950.

Figura 5 – Consumo de panelada nas “Quatro Bocas”



Fonte: Autor, 2020.

Figura 6 – Venda de panelada nas “Quatro Bocas”



Fonte: Autor, 2020.

A “panelada” representa uma perspectiva de cultura e tradição. Ela denota um papel significativo na descrição com o saber histórico local. Esse costume culinário complementa a

memória histórica local e propícia para edificar uma nova memória histórica. Diante desses questionamentos, observa-se tanto no ambiente escolar, como fora dele, ou em outras relações sociais que a população despercebe a importância das tradições locais. Conseqüentemente, após pesquisas documentais e relatos de experiências, não é possível encontrar uma análise mais profunda de que esses costumes e memórias tenham uma forte relação com a história local, ocasionando assim perdas de elementos tradicionais componentes da cultura patrimonial local.

A alimentação pode se relacionar com o tempo na composição do discurso histórico, por meio das narrativas, dos modos que determinado indivíduo ou grupo de coletivos se ampliou e ocupou em seu tempo e espaço. A alimentação tem importante relevância pois identifica: modos de fazer e hábitos alimentares dos povos ao longo do tempo na historicidade, pois os alimentos foram capazes de alterar o modo de vida dos indivíduos.

A “panelada” é servida desde o início da noite. Em muitas situações ela é produzida através de fogão a lenha, em outros casos por fogão industrial (ou o tradicional gás). O caso singular da “panelada” é o local em que ela é servida, em muitos lugares tais como: nas feiras, nas barraquinhas, nos carrinhos ambulantes, nas ruas em torno de "movimentos", nas áreas próximas às rodovias ou mesmo em frente a própria residência do vendedor ou da vendedora. Existe uma diversidade de “locais informais” da venda de “panelada”, entretanto, o principal situa-se no bairro Nova Imperatriz, conhecido como “Quatro Bocas”.

Imperatriz disponibiliza também de um novo espaço para a venda e o consumo de “panelada”. Inaugurado em 09 de outubro de 2020 pela prefeitura de Imperatriz e pelo Governo Federal, o Complexo Gastronômico da Culinária Popular de Imperatriz, denominado de “Panelódromo”. Construído numa área de 03 mil metros quadrados, o empreendimento possui 42 boxes para funcionar 24 horas por dia. O “Panelódromo” recebeu o nome de Acrízio Xavier da Costa, pioneiro na venda de panelada na cidade de Imperatriz. As ilustrações mostram a fachada do local e também a vista panorâmica deste espaço.

Alguns eventos são realizados na cidade como o festival de música e panelada que acontece todos os anos no aniversário da cidade em 16 de julho, na intenção de divulgar a “panelada” como elemento cultural da cidade e promover a venda desse produto. A ideia é prolífica, uma espécie de economia criativa, porém esse potencial econômico ainda não possui na cidade um apoio consolidado de investimentos em políticas públicas para gerar renda através da cultura e da arte. Há muita carência, entretanto, para explorar este potencial. Um ponto de partida seria a organização das paneleiras através de uma associação. Contudo, apesar dessa profissão ter uma tradição na cidade, ela oficialmente ainda não existe, no

sentido formal da palavra. Outro evento importante que é realizado na cidade é o Festival de Cultura Popular, que em 2020 aconteceu a sua quarta edição, realizado pela Casa das Artes. Foi de forma remota por causa da pandemia. Nessa edição deram destaque para o modo de fazer o cuscuz de arroz e a panelada.

Figura 7 – Fachada do Panelódromo, que homenageia o Sr. Acrízio Xavier da Costa



Fonte: Autor, 2020.

Figura 8 – Panelódromo antes da inauguração em 2020



Fonte: <https://www.jornalimperatriz.com.br/noticia/178/panelodromo-de-imperatriz>

Figura 9 – Panelódromo em uso após a inauguração



Fonte: Autor, 2020.

O patrimônio cultural imaterial teve uma discussão e decisão importante. De maneira tardia apenas no ano de 2003, conforme a “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial” que deu início a algumas diretrizes para os bens intangíveis. Apesar da pluralidade cultural existente, o patrimônio imaterial demorou a ter a devida importância e seu reconhecimento pelos órgãos internacionais.

Esse tipo de patrimônio segundo Pelegrini e Funari (2013), é constituído por um conjunto de formas da cultura tradicional e popular, fundamentada principalmente nas tradições transmitidas oralmente ou por expressões gestuais que passam por modificações de recriações coletivas. Apesar de ser um tipo de patrimônio constituído pela cultura popular, mantém articulada às memórias e identidade da classe dominante.

Em entrevista recente realizada por mim, a professora Maristane Sauimbo da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, afirmou que a “panelada” é um prato de matriz africana, que foi sintetizado e traduzido para a cultura ibérica. Fala-se muito que sua origem no modo de preparo esteja relacionada aos pratos feitos em Portugal como no caso da “dobrada lisboeta” e “tripas à moda do Porto”. Entretanto, não se reportam da presença africana na Península Ibérica no século XII, com a invasão dos

mouros. Não afirmam que a metade da população de Lisboa era africana, nem se refere especificamente quem eram os mouros ou quem fundou Lisboa. Retrata-se, somente, que foram os árabes africanos.

Os mouros⁵ foram quem levaram o boi para a Península Ibérica, posteriormente foi traduzido como elemento da cultura portuguesa. Então, a África islamizada que dominou a Península Ibérica foi quem compôs o prato “dobrada de Portugal”. Do mesmo modo, há sua presença nitidamente em Andaluzia na Espanha.

Ela destaca que o gado partiu da Ásia para a África, tanto que de onde ele surge na África, tão logo ele aparece na Grécia, narrado pela mitologia grega do Minotauro. Ou seja, ele está no percurso do Atlântico, do Nilo e do Mediterrâneo, fluído da África para a Europa. Existem vestígios arqueológicos da presença do gado na região da Argélia e no vale do rio Nilo em dados mais antigos.

Os grupos africanos de procedência em comum, como os grupos vindos da Guiné, Congo e Angola para os Estados Unidos, Caribe e América do Sul, quando se apresentam em culturas distintas e que muitas vezes não compreendemos a sua relação como no caso do (carnaval, jazz, blues, reggae), entende-se que são representações culturais isoladas, mas que na verdade tem uma matriz em comum – Africana.

Portanto ao se referir a certo tipo de gastronomia, tendo como exemplo a “panelada”, o fato de São Paulo ou o Ceará, ou em qualquer outro Estado do Nordeste ter uma receita, ou um nome diferenciado, e em Imperatriz ter outra composição no modo de preparo, não exclui a sua matriz cultural de origem. Na ausência das diferenças, desse modo, excluiria a criatividade e a sofisticação cultural dos povos. Desse modo, segundo Pelegrini e Funari (2013), o patrimônio imaterial transmitido de geração a geração é conceituado a partir da perspectiva da alteridade, portanto, o patrimônio é “recriado” em decorrência das mudanças ocorridas entre as comunidades e pela sua própria interação com a natureza e da própria história que favorece a diversidade cultural e a criatividade humana.

Os modos de ser e de fazer culturalmente não tem determinismo biológico, nem geográfico, porém, cada espaço se recria. Os africanos estiveram presentes em várias partes do Brasil. Dessa maneira, a “panelada” pode denominar-se por outros nomes, assim como o seu modo de preparo.

Na construção do carrinho de madeira do Sr. Acrízio da Costa que ele adaptou para vender “panelada”, está presente a africanidade, pois o carro é uma espécie do aprimoramento do

⁵ O termo refere-se aos povos islâmicos de língua árabe oriundos do Norte da África que a partir do século VII invadiram a Península Ibérica, a Sicília, Malta e a França.

tabuleiro. No romance “O Mulato”, escrito por Aluísio Azevedo (1881, p.15) retrata a realidade social da cidade de São Luís, no Maranhão, por volta de 1870. Nessa obra ele destaca a presença da mulher negra e sua relação marcante com os ingredientes que compõem a gastronomia da “panelada”. Portanto, isso demonstra fortemente que a população negra tinha fortes laços com a parte do boi que era descartado. Azevedo descreve que: “[...] do outro lado da praça, uma preta velha, vergada por imenso tabuleiro de madeira, sujo, seboso, cheio de sangue e coberto por uma nuvem de moscas, apregoava em tom muito arrastado e melancólico: “Fígado, rins e coração!” Era uma vendedora de fatos de boi.”

A ilustração abaixo mostra mulheres negras com tabuleiro no Brasil Colonial.

Figura 10 – Negras vendendo frutas no tabuleiro, no Brasil colonial, gravura de Jean-Baptiste Debret (1768-1848)



Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/negras-forras-comercio-urbano-colonial.htm>

A professora Maristane Sauimbo em entrevista realizada por mim, coloca em evidência algumas questões em relação a formação da população de Imperatriz descrita na história local, principalmente quando diz respeito a onda migratória de pessoas vindas de outras regiões do Brasil, contudo, não enfatiza de maneira clara sobre os moradores já existentes no município. Diz-se muito que o imperatrizenses (o gentílico) provém de várias partes do Brasil, como se não existisse moradores natos e que somente recentemente na quarta geração foi que nasceram aqui.

Essas populações que migraram para Imperatriz de vários lugares do Brasil, seja da região Norte, Sudeste, Centro-Oeste (além de outras partes do Nordeste), não exclui a negritude nem a ancestralidade indígena, pois a formação do Brasil é marcada pela presença de africanos e indígenas. A localização do município de Imperatriz na Amazônia oriental

possuía em sua população características afro-indígenas. A entrada de africanos pela região do Pará é vastamente documentada por assentos de batismos e casamentos entre indígenas e africanos.

Etnograficamente, Imperatriz possui uma população que em sua formação se deu pela relação afro-indígena, seja a população de migrantes do Pará, assim como aquelas vindas de outros estados do Nordeste. Além disso, na região de Imperatriz já existiam muitos povos indígenas no período de colonização. Observa-se, notadamente a presença de pessoas que em suas características e fenótipos, são conhecidos como “negros juçara⁶”.

Tem-se a impressão que há um consenso em relação à cultura local, em especificamente a “panelada”, sobre a preciosidade do prato. Na verdade, uma parte da população demonstra não apreciar, reluta muitas vezes inconscientemente por causa da origem do prato: Eis o preconceito. Geralmente as pessoas que se identificam com a panelada, são trabalhadores do comércio, domésticos, da construção civil, viajantes. Ou seja, a população de classe alta, muitas vezes deixa de consumir para se distanciar das suas origens étnico-raciais e sociais.

Existe um consenso em relação à representatividade da panelada como aspecto identitário da cidade de Imperatriz, porém algumas pessoas falam que não gostam do prato, mas implicitamente se observa que por trás dessa rejeição em que há um caráter socioeconômica, talvez pelo fato de essa gastronomia ser originariamente popular, e dos elementos que compõem a produção do prato serem das vísceras do gado, gera-se certo desdenho de maneira preconceituosa.

Contudo, quando a panelada conseguir o *status* com registro de bem cultural patrimonial, pode ser que ela seja vinculada à chamada alegoria da modernidade. Talvez rompa com esse distanciamento da classe social com maior poder aquisitivo. Assim como aconteceu com outras manifestações culturais como a brincadeira de boi, o carnaval, o funk, o axé, dentre outros.

1.1 A história local como espaço-tempo de reflexão para a aprendizagem histórica

A história local por si demonstra sua relevância porque envolve os estudantes num papel de sujeito da história. E ainda possibilita a eles a compreensão da sua identidade histórica e a compreender o seu papel social. A partir da memória reflexiva das pessoas que

⁶ Miscigenação das três matrizes étnicas de base da formação do povo brasileiro: branco, indígena e preto. Porém prevalece na característica fenótipo da pessoa, pele bem escura com cabelos bastante lisos.

habitaram (ou habitam) o seu espaço, pode-se motivá-las para contextualizar os fatos ocorridos a partir de sua vivência, relacionando-a com o contexto histórico coletivo.

Bittencourt (2018) afirma que essa articulação da concepção do cotidiano é importante para não se reter às motivações descritas nos contextos históricos de “reis e rainhas”, isto é, na história dos chamados “heróis” e que são desligados da existência do contexto histórico dos indivíduos. Nesse ambiente é necessária a seleção dos conteúdos para que se possa figurar os estudantes entre a conexão histórica e a vida dos indivíduos em sociedade. Ou seja, promover possibilidades para que os estudantes tenham a capacidade de compreensão do seu papel social e político, não somente no espaço escolar, sobretudo nos vários espaços sociais de convivência.

O processo de ocupação e colonização do Maranhão foi organizado por duas principais frentes gerais⁷: a frente de ocupação litorânea, a partir de São Luís e a outra frente de entrada, que ocorreu pelo sertão maranhense a partir de Pastos Bons, advinda do nordeste do Brasil, mais precisamente das províncias de Pernambuco e Bahia, conhecida como Frente Pastoral ou também chamada de Frente Sertaneja.

O sul do Maranhão recebeu maior influência de ocupação e colonização da Frente Pastoral, mas também de outras frentes que avançaram pela região central do Brasil, chamada de Frente Goiana e outra chamada de Frente Paraense que subiu às margens do rio Tocantins, que culminou na fundação da Colônia Militar de Santa Teresa do Tocantins, atualmente - Imperatriz.

Uma das principais frentes de ocupação no processo de colonização do Maranhão, a partir da região norte deste estado, por São Luís, procedeu pelas concorrências comerciais europeias. E logo foi transformada em entreposto comercial traçado por forças produtivas operando com a agricultura produzida pela mão de obra escravista indígena, e posteriormente, a utilização da mão de obra escravizada negra.

A priori, a ocupação do norte do Maranhão foi influenciada pelo mercantilismo das monarquias europeias ocidentais, as invasões das terras colonizadas por Portugal pelas monarquias concorrentes, pelo enfraquecimento econômico da Coroa Portuguesa, a intenção de ocupar as terras para utilizá-las e garantir o seu domínio devido às invasões ocorridas nessas terras pelos franceses em 1612. Isso ocorreu por meio marítimo atravessando o Golfão Maranhense, o qual até então colocava medo aos navegadores devido às ondas que chegavam a oito metros de altura.

⁷ Ver mapa (Frente Litorânea e Frente Pastoral).

Num primeiro momento quando os franceses chegaram à ilha de São Luís tomaram posse da mão de obra dos indígenas Tupinambás, construíram algumas feitorias, mas logo Jerônimo de Albuquerque, capitão-mor, liderou a expulsão dos franceses na Batalha de Guaxenduba.⁸

Consequentemente possibilitou a ocupação pelo litoral e foram articuladas técnicas no intuito de proteger o território. Para que tudo isso fosse consolidado, houve o processo de inserção de colonos vindos de açores para estabelecer a ocupação nas áreas litorâneas a partir da ilha de São Luís, logo após, adentraram pelas desembocaduras dos principais rios genuinamente maranhenses como: o Mearim, o Pindaré, o Itapecuru e o rio Munim.

Devido à fertilidade das terras as margens desses rios, a ocupação foi propícia para a agricultura, a criação de animais e o desenvolvimento da pesca. Posteriormente, os colonos passaram a confeccionar barcos para transportar os seus produtos até o porto de São Luís com a intenção de trocar por ferramentas de produção, utensílios domésticos e outros.

Além disso, muitos desses colonos que passaram a habitar as margens desses rios foram beneficiados com a mão de obra escrava indígenas. Nesse caso, os Guajajaras que habitavam no vale do rio Itapecuru do lado direito do Golfão Maranhense, com o cultivo de arroz e outros tipos de trabalhos. E do lado esquerdo do golfão, a ordem jesuíta organizou reduções com os indígenas Tapuitapera no vale dos rios Mearim e Pindaré.

Segundo Cunha (2015, p.136) diz que “[...] em cem anos, a ocupação do Maranhão se restringiu na porção norte, apesar da baixa densidade, a posição era estratégica, São Luís rodeada de fortificações e protegida pela barreira natural, o canal do Boqueirão.” Entretanto, posteriormente São Luís vai sofrer uma nova invasão em 1641 pelos holandeses.

A ocupação de São Luís nesse primeiro momento foi caracterizada principalmente pela mão de obra escrava indígena, por invasões dos chamados povos inimigos da coroa portuguesa, numa concorrência mercantilista, que economicamente, sentiu enormes dificuldades pela falta de mão de obra.

No entanto, mesmo com essas dificuldades após a expulsão dos jesuítas, os colonos se tornaram senhores de escravos com a chegada dos primeiros africanos escravizados trazidos de Angola, que basicamente caracterizou o segundo momento de ocupação e da exploração das terras do norte do Maranhão.

Tudo isso foi fomentado por medidas econômicas, sociais e políticas da Coroa Portuguesa na segunda metade do século XVIII, numa gestão de combinação da monarquia

⁸ Confronto entre forças portuguesas e tabajaras de um lado, franceses e tupinambás de outro, ocorrido em novembro de 1614, que culminou com a expulsão dos franceses do território maranhense.

absolutista com o racionalismo iluminista implementado pelo senhor Sebastião de Carvalho e Melo, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, intitulado como Marquês de Pombal.

Algumas de suas medidas foi a expulsão da ordem jesuíta, a troca da mão de obra escrava indígena pela negra africana e a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Nesse período a base econômica produtiva era a agricultura que tinha como principais produtos a cana de açúcar, o algodão e o arroz.

Os colonizadores portugueses até então não tinham interesses pelo sertão a não ser por aqueles que dispusessem de ouro. Desse modo, os governantes do Maranhão não davam importância ao interior do território e a parte sul da província era totalmente esquecida.

A frente de ocupação denominada de Frente Pastoril possibilitou rentabilidade na produção de cana-de-açúcar e propiciou a expansão da pecuária vinda do centro sul do Nordeste. Isto foi delineado, uma vez que, a carne e o couro foram contrapartidas na produção da economia açucareira. Como não se podia conciliar a produção canavieira com a criação de gado, houve, portanto, a necessidade de empurrar o gado para o caminho dos sertões. Nesse processo de ocupação, grandes conflitos ocorreram pela disputa da posse da terra entre os indígenas e colonizadores criadores de gado.

O processo de ocupação do sul do Maranhão através da chamada Frente Pastoril apresenta uma ocupação diferentemente da Frente Litorânea. Partiu da província da Bahia e formaram duas dispersões, uma subiu o rio São Francisco e a outra seguiu para o interior do Ceará e Piauí, sendo esta comitiva que adentrou o sul do Maranhão na primeira metade do século XVIII.

A corrente expansionista que partiu da Bahia tinha estreita relação com a Casa da Torre⁹, propriedade de Francisco Dias D'ávila, colonizador que foi bastante beneficiado com a expansão e domínios territoriais. O processo expansionista chegou ao Piauí ultrapassando o rio Parnaíba atingindo o Maranhão. A ilustração mostra as ruínas da Casa da Torre, Castelo de Garcia D'Ávila, na praia do forte no Estado da Bahia.

⁹ Construção localizada na Praia do Forte, segunda residência fortificada do Brasil, no município de Mata de São João, no Estado da Bahia. A construção iniciou em 1551, por ordem do seu proprietário Garcia D'ávila, que chegou à Bahia em 1549, juntamente com o primeiro governador geral, Thomé de Souza, ocupando o cargo de alcaide da coroa real. A Casa da Torre era também denominada pelo seu proprietário de: Torre Singela de São Pedro. Também é referendada pelo nome de: Castelo de Garcia D'ávila, Torre de Garcia D'ávila e Forte de Garcia D'ávila. Disponível: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_da_Torre>. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

Figura 11 – Casa da Torre, propriedade de Garcia D’Ávila

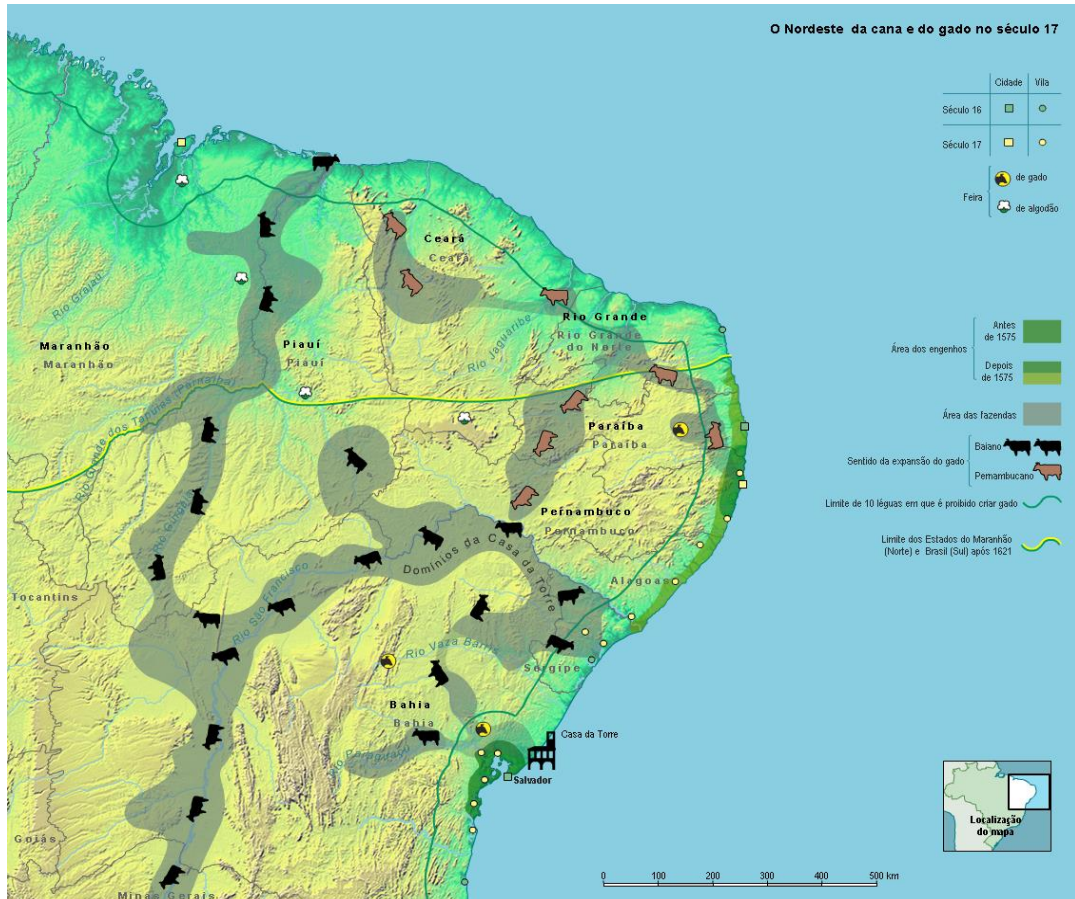


Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_da_Torre

Outra figura imponente que estava no processo expansionista territorial foi a do bandeirante Domingos Jorge Velho, que adentrou locais de grande concentração indígenas promovendo a dizimação e a fuga desses povos no intuito de deixar livre o caminho e expandir a ocupação dos rebanhos. Outros colonizadores vindos da Bahia receberam várias concessões de terras no Piauí e Maranhão.

De acordo com Cabral (1992), as ordenações régias determinavam que as sesmarias tinham que ser limitadas de acordo com a capacidade de exploração, porém, essas terras tinham concessões de enormes extensões que se pareciam mais com donatarias. Presume-se que a ganância de possuírem grandes glebas era por causa da dinâmica da pecuária extensiva, pois não se obtinham técnicas de exploração para a criação do gado, visto que as pastagens tornavam escassas no período de estiagem. A ilustração mostra o gado partindo do território baiano sob o comando da Casa da Torre, em direção ao Maranhão.

Figura 12 – Caminhos do Gado



Fonte: <https://atlas.fgv.br/marcos/caminhos-do-gado/mapas/o-nordeste-da-cana-e-do-gado-no-seculo-17>

Somente no século XVIII, que o domínio do gado adentrou o interior do rio Parnaíba devido os indígenas serem bravos e resistirem à beira do rio. Contudo, tão logo o governo maranhense organiza mecanismos para dominar as tribos que resistiam nos vales dos rios Itapecuru ao Parnaíba. A expulsão dos indígenas das margens do rio Parnaíba propiciou a expansão da pecuária extensiva no sul do maranhão. Essa ação fez com que o rebanho entrasse em vastas áreas de pastos naturais na primeira metade do século XVIII. Dessa maneira, cruzou o sul do Maranhão chegando até o rio Tocantins no início do século XIX, na demarcação natural do Maranhão com Goiás, atualmente Estado do Tocantins. Em vista disso, essa ação proporcionou a chegada do gado à oeste do estado. O que ocasionou o surgimento de várias fazendas de gado, que foram estabelecidas em regiões próximas onde atualmente situa-se o município de Imperatriz. A ilustração mostra o avanço do gado por toda a região do território sul maranhense:

extensiva e itinerante. Essas condições proporcionaram com rapidez um conglomerado de fazendas por todo o povoado.

Por falta de ligação por terras no território maranhense, o sul do Maranhão ficava totalmente isolado do norte litorâneo. Até o século XIX, a navegação pelo rio Itapecuru era limitada, e seguia, então, somente até Caxias. Praticamente não existia articulação de Pastos Bons com a economia litorânea. Dessa maneira toda a região de Pastos Bons possuía vínculos com os mercados consumidores do Nordeste, principalmente com Bahia e Pernambuco.

Por meio da Carta Régia de 12 de março de 1798, a Coroa Portuguesa estimulou a navegação no Rio Tocantins. Alguns jesuítas e bandeirantes do Pará, já haviam estabelecido uma rota natural entre o sul e o norte do rio. O francês - Charles de Vaux, efetivou uma feitoria na foz do rio Tocantins. O também francês - Daniel de La Touche, senhor La Ravardière, título concedido pela nobreza francesa, juntamente com outros fidalgos, conseguiram realizar uma expedição pelo rio até a confluência com o rio Araguaia.

Existiam muitos grupos indígenas Timbiras às margens do rio Tocantins, o que chamou atenção dos jesuítas para a utilização do processo de aldeamento e ocupação dos territórios. Foi nesse propósito que constituíram a Frente Colonizadora do Pará, que desde o século XVII, com a missão de catequizar os indígenas, construiu fortificações militares e povoados como base de apoio para a difícil navegação que o rio apresentava.

Desde a metade do século XVIII, o governo do Pará recorria à Corte Portuguesa para pedir que propusesse incentivos para a navegação do rio Tocantins.

Em 1840, por meio da Lei Provincial n. 76, de 02 de outubro, a Província do Pará criou cinco missões. Uma delas a de São João do Araguaia, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, fronteira com o Maranhão. Nessa confluência dos dois rios já funcionava desde 1797, registros para cobrança de impostos e também o forte de São João de Duas Barras. Em 1844, o governo imperial nomeou um engenheiro para explorar as cachoeiras e indicar os meios para melhor navegação e chegou até à vila de Baião. Todavia, o engenheiro fica enfermo e pede afastamento da comissão.

O conselheiro do Império Jerônimo Francisco Coelho, militar catarinense foi empossado na presidência da Província do Pará em 05 de agosto de 1848, atendendo a meta provincial com o intuito de reduzir as dificuldades de navegação no rio Tocantins e estabelecer missões militares e religiosas em suas margens, providenciou a instalação da missão de Itaboca anunciada em 1844.

Essa expedição composta por onze embarcações e uma quantidade em torno de duzentos homens, partiu do porto de Belém no dia 26 de junho de 1849 sob o comando do

Tenente-Coronel João Roberto Ayres Carneiro, tendo como capelão Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, jovem frade da Ordem do Carmo, conventual da Província da Bahia, o qual tinha experiência no trato com os indígenas, incumbido de missionar e aldear as tribos que habitavam não somente as margens do Tocantins, como também as do seu confluente Araguaia, até onde chegam as extremidades da Província com a de Goiás, hoje Estado do Tocantins.

A ordem imperial era de estabelecer um presídio e a colônia militar perto da cachoeira de Itaboca, a de mais difícil acesso do rio Tocantins, e que em 1653, o padre Antônio Vieira paralisou e teve que encerrar sua expedição pelo rio Tocantins. Ayres Carneiro e frei Manoel Procópio conseguiram instalar a “Colônia Militar de Santa Teresa” acima das corredeiras de Itaboca, no Remansão. Num local que pairava a beleza das margens, a abundância da caça, de peixe e de frutas, a altura e fertilidade do terreno, a excelência das águas, o centro das cataratas. Porém, com a chegada do inverno amazônico, tudo desapareceu: a peste afugentou os colonos que a morte ainda havia poupado. Por pouco período manteve-se a Colônia Militar de Santa Teresa nesse local.

O religioso carmelita Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, depois da extinção dessa colônia, destinou-se a catequisar os indígenas que viviam nas margens do Tocantins e Araguaia. O presidente do Pará mandou seguir com o Tenente Constâncio Dias Martins, frei Manoel Procópio e alguns soldados para fundar uma nova colônia em São João do Araguaia, onde já existia o presídio de São João das Duas Barras.

Na confluência com o rio Tocantins, divisa tríplice das províncias do Pará, Goiás e Maranhão, frei Manoel Procópio deu início, em 1850, aos contatos com os índios da região. *A priori* fez contato com os Apinajés, que habitavam a margem esquerda do rio Tocantins, território de Goiás, desde a povoação de Boa Vista até a confluência com o Araguaia. Segundo Franklin (2005), Manoel Procópio não obteve sucesso com esses povos que tão logo após aldeá-los, retornaram às matas.

Posteriormente, inicia-se contatos com os temidos Caracatis (Krikatis) e Gaviões. Habitantes da margem direita do rio Tocantins, em território até então indefinido, se pertencente à província do Pará ou do Maranhão. O frade conseguiu estabelecer relação de amizade com esses povos e aplicar o processo de aldeamento sob sua administração, porém, houve muita dificuldade para concretizar o processo de aldeamento, principalmente os Caracatis, temidos pelos navegantes do rio Tocantins. No entanto, com muita insistência do frade carmelita, ele consegue submetê-los ao aldeamento e incumbido de sua missão obteve

sucesso com as principais tribos como: “Apinajés, Caracatis, Caracatigês e Gaviões”¹¹. A ilustração mostra uma pintura do artista plástico, Francisco Gonçalves, que retrata o desembarque de Frei Manoel Procópio em terras maranhenses, juntamente com duas famílias e quatro praças e faz os primeiros contatos com povos indígenas.

Figura 14 – Pintura do desembarque de Frei Manoel Procópio pelo rio Tocantins



Fonte: Obra do artista plástico Francisco Gonçalves, 1994.

Frei Manoel Procópio¹² aportou na confluência do riacho Cacau, local que imaginou ficar livre das cheias durante o período de chuva. Mas, o local escolhido inundou no inverno devido as represas do riacho. Em vista da conquista de aldeamento no verão amazônico de 1852, o frade carmelita resolveu refundar a Colônia de Santa Teresa, em 16 de julho de 1852, para outro local mais abaixo das ribanceiras, à margem direita do rio Tocantins. Nesse local, o missionário construiu uma capela em honra a Santa Teresa d'Ávila¹³, a quem deu o patronato da missão. Desse modo, foi estabelecido a povoação de Santa Teresa, denominada também de Santa Teresa do Tocantins e Colônia de Santa Teresa.

¹¹ Etnias indígenas pertencentes ao grupo Timbira do tronco Macro-Jê, línguas jês, que no período colonial habitavam as regiões sul e sudoeste do Maranhão, principalmente à margem direita do rio Tocantins. Já os indígenas Apinajés habitavam à margem esquerda do rio Tocantins.

¹² Por ter subido bastante o rio, Frei Manoel Procópio, alcançou terras do Maranhão e ocasionou desentendimentos entre as províncias do Maranhão e Pará. O Frei tornou-se o primeiro vigário da Vila de Santa Teresa. Exerceu também as funções de educador, delegado de ensino e se tornou proprietário de uma fazenda por nome Soledade. Foi morar no município de Carolina em 1879, onde permaneceu por três anos. Aos 72 anos de idade, resolver voltar para a Bahia, onde faleceu em 1886. Segundo algumas informações se desfez de todos os bens, porém, não se sabe a quem destinou esses bens.

¹³ A imagem de Santa Teresa D'ávila trazida na missão por Frei Manoel Procópio se encontra na Igreja a qual recebeu o mesmo nome. Considerada também, cofundadora da cidade de Imperatriz.

O estatuto de emancipação municipal que elevou o povoamento à categoria de cidade ocorreu apenas no século XX, por meio da Lei nº 1.179, de 22 de abril de 1924. Até então, Imperatriz mantinha um comércio consistente com a cidade de Belém do Pará utilizando o transporte fluvial pelo rio Tocantins. Imperatriz era isolada do resto do Maranhão por terra. Até o fim da primeira metade do século XIX, a relação comercial que havia era com Carolina, Porto Franco, Tocantinópolis, Marabá e Belém. Ela foi denominada por muito tempo de Sibéria maranhense (FRANKLIN, 2008).

Com a abertura da estrada que ligou Imperatriz ao município de Grajaú no Maranhão, no início da década de 1950, pelo então prefeito Simplício Moreira, possibilitou aos moradores do município de Imperatriz a saírem do isolamento e passaram a ter maior contato com a região Nordeste. Desse modo, viabilizou o marco de desenvolvimento comercial, os comerciantes passaram a fazer comércio de mercadorias com a cidade de Recife no Estado de Pernambuco. Isso propiciou uma enorme leva de migrantes vindas de outras regiões do Maranhão e principalmente de outros estados do Nordeste.

Com o incentivo desenvolvimentista no governo de Juscelino Kubitschek entre 1956 e 1961, intensificou-se a onda migratória com a construção da rodovia Belém-Brasília em 1958. Imperatriz passou a fazer comércio com o Rio de Janeiro, São Paulo e São Luís. Consequentemente fomentou ainda mais o comércio que mantinha com as cidades de Belém, Recife e Fortaleza. A partir desse momento a cidade recebeu nova leva de migrantes de muitos lugares do país.

Observa-se que no processo de ocupação do sul do Maranhão, do século XVII ao século XIX, a Frente Pastoril foi o fator principal utilizando o gado de criação extensiva. Mas é a Frente Paraense que proporcionou a ocupação do sudoeste do Maranhão, adentrando pela margem esquerda do rio Tocantins. Entretanto, não significa que as duas frentes de ocupação tenham se isolado, sendo que uma deu suporte à outra no processo de ocupação. Pois a rota de expansão pastoril chegou até ao rio Tocantins.

A periodização econômica é importante porque serve como embasamento para se compreender o processo de ocupação territorial. Além dos principais ciclos econômicos que se destacaram, na segunda metade do século XIX, outros fatores determinantes também contribuíram anteriormente para formação econômica de Imperatriz, como também para ocupação da região sudoeste do Maranhão, os quais pode se destacar: a criação de gado, a exploração da borracha e da castanha.

De acordo com Sanches (2003), e Franklin (2008), a exploração da castanha através do extrativismo do látex, no sul do Pará e no médio Tocantins que ocorreu a partir do início

do século XIX, no começo dos anos de 1900, influenciou Imperatriz economicamente de maneira secundária, pois a Vila de Imperatriz era o centro de suporte para o núcleo de extração, com o fornecimento de gêneros alimentícios e remédios.

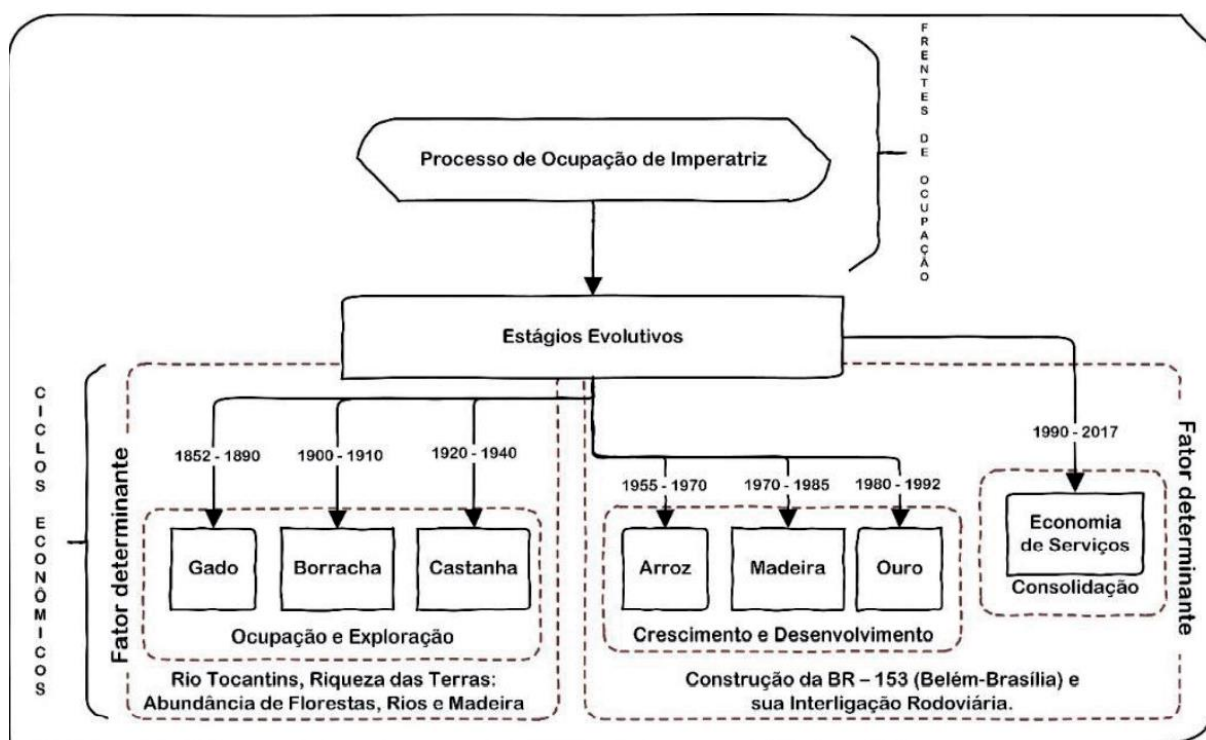
A partir de 1920 até o fim da primeira metade do século XIX, uma atividade econômica começa a ganhar destaque. O ciclo da castanha que arregimenta milhares de trabalhadores que partem de Imperatriz e região ao estado do Pará para trabalhar na coleta de castanhas. Segundo Franklin (2008), esta atividade, absurdamente, colocava os trabalhadores em regime de extrema exploração, pois além de passar mais da metade de um ano nos castanhais, o ganho do trabalho não era suficiente para o sustento desses trabalhadores com suas famílias. Além disso, muitos deles não voltavam para casa pois faleciam por causa da insegurança alimentar e vítimas da malária.

No livro - Breve História de Imperatriz, Franklin (2005), observa que Imperatriz passa por uma espécie de economia ciclótica, em que a partir da década de 1950, com a chegada de migrantes do Nordeste, ocorreu um aumento substancial da produção agrícola motivado pelas excelentes terras da região. Desse modo, ocasionou o início do “ciclo do arroz” (1955 a 1970), período esse que Imperatriz se tornou um dos maiores produtores de arroz do estado do Maranhão, e este, o segundo maior produtor de arroz do Brasil.

Em seguida veio o ciclo de extração de madeira (1970 a 1985) e, conseqüentemente, o ciclo econômico do ouro (1980 a 1992), com a descoberta do garimpo de “Serra Pelada”, no sul do Pará. O período chamado ciclo do ouro em Imperatriz foi também condicionado com os ciclos da borracha e da castanha, que ocorreram na primeira metade do século XIX. Essas atividades econômicas foram efetivadas na região sul e sudeste do estado do Pará, sendo Imperatriz beneficiada de maneira indireta, devido a sua localidade estar próxima ao espaço da atividade de extração. No entanto, esses processos econômicos não se delimitam unicamente como os únicos fatores no processo de desenvolvimento da cidade, uma vez que, outros fatores nacionais como de ordem política nacional, possibilitaram condições para o processo de transformações.

A ilustração mostra o esquema das atividades econômicas ocorridas no contexto histórico de Imperatriz, como elementos influenciadores para a ocupação e desenvolvimento da economia local.

Figura 15 – Esquema das atividades econômicas e periodização no processo de ocupação de Imperatriz.



Fonte: R. Santos, F. Nunes. 2018, p. 128.

Hodiernamente, Imperatriz por ser considerada um centro regional; apresenta-se como entreposto comercial e de serviços, ainda recebe muitos migrantes que se estabelecem em definitivo nesse lugar.

O município de Imperatriz está localizado no sudoeste do estado do Maranhão, às margens do Rio Tocantins, com uma população de 259.980 mil habitantes, de acordo com o IBGE. Distante 629,05 quilômetros da capital do estado - São Luís, Imperatriz possui cerca de 160 bairros, tem uma área de 1.367,90 km². A cidade é cortada pelas rodovias Belém-Brasília (BR-010), que passa pelo sudoeste maranhense, pela BR-226, que interliga a região tocantina à Teresina - capital do Piauí, e também à BR-222, que liga Imperatriz a região do Mearim, localizada no centro do Maranhão.

Todo esse conjunto de malha rodoviária possibilita Imperatriz se posicionar como entreposto comercial, como também de prestação de serviços, pois sua localização geográfica viabiliza contato direto com grandes centros e capitais como: Belém, São Luís, Teresina, Palmas, Goiânia e Brasília. Ademais, serve como entreposto de mercado para abastecer cidades mais próximas num raio de 400 quilômetros como: Balsas-MA, Açailândia-MA, Araguaína-TO, Marabá-PA.

Imperatriz possui o segundo maior PIB do Estado do Maranhão, com R\$ 7.126.746,00 milhões. Abrange um conglomerado de pessoas vindas de vários municípios da região, o que favoreceu a cidade se tornar um polo universitário. Também se apresenta como um município localizado numa área de desenvolvimento de grandes projetos de mineração, como o de Serra dos Carajás, o do Igarapé Salobro, assim como está próxima às ferrovias norte-sul, Carajás-Itaqui, e também próximo às indústrias guzeiras no município de Açailândia, e a Suzano com a indústria de papel e celulose.

Imperatriz atualmente representa economicamente forte influência nos setores secundário e terciário, com a implantação da indústria de papel e celulose e a indústria química que faz o processo de branqueamento do papel, o desenvolvimento da construção civil e a participação ativa na prestação de serviços.

Santos e Nunes (2018), afirmam que Imperatriz se consolidou economicamente pela presença da indústria e dos serviços urbanos especializados nas áreas de saúde, educação, bancários, automotivos, hospedagem e alimentação, assim como nos comércios atacadistas e varejistas, do turismo de negócios e também no setor imobiliário. A ilustração mostra o mapa de localização do município de Imperatriz.

Figura 16 – Localização de Imperatriz no Brasil



Fonte: <https://pt.mapsofworld.com/where-is/imperatriz.html>

CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: REFLEXÃO PARA CONSCIENTIZAÇÃO

Ao longo dos anos o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) passou por diversas mudanças, porém não foram suficientes para se ajustar de forma ampla a sua relação com a população brasileira. Observa-se, portanto, que a relação do órgão com a comunidade ainda está aquém do que poderia representar a identidade de toda a população, e esta por sua vez, participar dos usufrutos significativos representados pelo órgão. A população ainda não se apropriou do conhecimento histórico dos seus bens patrimoniais, pois falta compreendê-los para que se possa exercê-lo democraticamente. Contudo, a educação patrimonial surgiu como importante instrumento para a elaboração de boas práticas educativas e para a conservação dos bens culturais e servir como aparato de aproximação da sociedade com o IPHAN.

Segundo Oliveira (2020), quando a comunidade conhece a sua história e seus bens culturais, ela se apropria desses elementos e se torna agente da preservação e manutenção desses bens. No entanto, é exatamente esse elo que faltou ser ampliado pelo IPHAN, necessariamente ser inserido na cultura escolar num processo sistemático, isto é, pôr em prática a educação patrimonial para que os estudantes saibam incorporar e se apropriar dos elementos que integram a sua história e suas manifestações culturais.

Para se compreender melhor as manifestações culturais, precisa-se se conhecer como ser humano, entender a capacidade de sua existência a partir da memória ativada. Essa reflexão seja ela coletiva ou individual, possibilita a compreensão de sua identidade. Além disso, aprender a reconhecer a identidade se concebe o sentido de pertencimento por meio de costumes, valores, práticas comuns que estão ligados a determinado grupo social. Nesse sentido:

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p.200-212).

Portanto, ao utilizar de elementos como a análise dos acontecimentos em que se vivem ou dos acontecimentos vividos, no ensino de história ou num trabalho escolar interdisciplinar, pode despertar nos estudantes a memória do reconhecimento da sua identidade. É na análise dos acontecimentos vividos ou os que se vivem, que cabe empreender um estudo para uma reflexão crítica de compreensão dos fatos ocorridos no espaço em que foram ocupados, e os

espaço que ocupamos. Pois geralmente, as narrativas utilizadas pelo Estado promovem a chamada manipulação da memória que submete a identidade individual ou coletiva ao esquecimento. Dessa maneira suprime as manifestações da memória identitária de diversos povos, produzindo sua invisibilidade. Ricoeur enfatiza:

No plano mais profundo, o das mediações simbólicas da ação, a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa. A ideologização torna-se possível pelos recursos de variação oferecidos pelo trabalho de configuração narrativa. E como os personagens da narrativa são postos na trama simultaneamente à história narrada, a configuração narrativa contribui para modelar a identidade dos protagonistas da ação, ao mesmo tempo que os contornos da própria ação. Hannah Arendt nos lembra que a narrativa diz o “o quem da ação”. É mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento quanto da rememoração (RICOEUR, 2007, p.98).

Desse modo a educação patrimonial através do ensino do História não pode se resumir em símbolos traçados seletivos, delineado em memória e identidades de grupos hegemônicos que excluem a representatividade da memória e identidade de outros grupos, que tornam esses sujeitos conformados a uma realidade manipuladora.

Ao estudar o patrimônio na educação escolar, proporciona o desprendimento do conhecimento para toda a comunidade, principalmente quando abrange os mais diversos contextos sociais em sua diversidade. Além disso, se o ensino escolar estiver associado à realidade da comunidade escolar em seus variados aspectos sociais, ele contribui para que os estudantes conscientemente conheçam a sua importância como cidadãos e também a importância dos outros. Desse modo, constrói o seu papel na comunidade como agentes sociais que saibam respeitar as diferenças, formando-se cidadãos e exercendo a sua cidadania, isso significa na prática, Educação Patrimonial.

A Educação Patrimonial é um processo que serve de recurso para trabalhar as questões relativas ao patrimônio cultural a partir de uma reflexão crítica, além disso, analisar os instrumentos de atuação determinada, que se agregam, conforme as narrativas do Estado.

Para Tolentino (2019, p.136) “[...] a educação no campo do patrimônio cultural há que se ter em mente, para uma reflexão crítica, em que se baseiam a seleção e a preservação dos bens e manifestações culturais representativas da memória e identidade de uma determinada nação ou coletividade.

Contudo, para que se desenvolva a reflexão crítica é necessário a contribuição da memória individual para dar sustentabilidade na memória coletiva e contribuir para a construção do patrimônio cultural consciente para a inclusão plural e diversa. Portanto, ao

trabalhar com educação patrimonial no ensino de história não se deve deixar o conteúdo engessado de acordo exclusivo com as narrativas do Estado. A educação patrimonial pode ir muito além das propostas dos processos educativos histórico-culturais apresentados pelo IPHAN, visto que, ela deve inserir todos os sujeitos da formação cultural e sócio-histórica.

Não se pode admitir que ao aplicar a educação patrimonial no ensino de história deva passar, *a priori*, por uma espécie de “alfabetização cultural”, pois o objeto da história é o homem, e onde o homem está inserido, ele é protagonista de sua cultura. Contudo, o que se deve propor é a uma prática dialógica reflexiva crítica e que contemple a participação de todas as comunidades com suas diversidades.

Ao utilizar a educação patrimonial não se deve ater-se somente aos objetos culturais patrimonializados, isto é, aqueles que estão registrados nos órgãos patrimoniais competentes, mas analisar a constituição do patrimônio numa concepção reflexiva e crítica. Além disso, ressaltar e reconhecer a importância das ações dos sujeitos envolvidos na construção de determinado patrimônio. Sem a ação de análise e discussão, pode-se permanecer num contexto reprodutivo do discurso homogeneizante simbolicamente figurado na visão eurocêntrica colonizadora o qual muitas vezes é abrigado (e maximizado) pelo Estado. As ilustrações nos quadros 01 e 02 demonstram o resultado de um questionário exploratório sobre patrimônio cultural, aplicado com os estudantes da Escola Mariana Luz.

Quadro 1 – Demonstrativo sobre o que os estudantes consideram como patrimônio cultural

Itens	Quantidade de respostas por entrevistados
Igrejas	21
Documentos históricos	20
Casas das famílias ricas	19
Artesanatos	19
Obras de arte	14
Livros	14
Culinária	12
Festas populares	8
Escolas	4
Nenhuma dessas opções	1
Outro (cite)	0

Quadro 2 – Demonstrativo sobre o que os estudantes consideram como exemplo de cultura

Itens	Quantidade de respostas por entrevistados
Música	27
Artes	26
Festas populares	24
Livros	18
Feiras	16
Cinema	8
Televisão	5
Comidas	3
Outro (cite)	0

É necessário romper com essa visão fetichizada do patrimônio cultural que são reproduzidas na educação formal em que o patrimônio é tratado basicamente para uma visão contemplativa sem análise crítica. Tolentino destaca:

Atuar com educação patrimonial é, sobretudo, fazer uma reflexão nesse sentido e não atuar de uma forma passiva em relação a um patrimônio fetichizado, que já vem pronto e determinado. É necessário compreender o patrimônio de uma forma crítica e não apenas contemplativa. Cabe, portanto, ao educador patrimonial, criar possibilidades para uma construção coletiva do que é patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação, sabendo que, nesse processo, necessariamente pode haver consensos, dissensos, dilemas e conflitos (TOLENTINO, 2016, p. 44).

Laborar com a educação patrimonial principalmente no contexto do ensino de história, é imprescindível a adoção da mediação didática para que os estudantes consigam se identificar com o tipo de patrimônio cultural abordado no processo de aprendizagem. É preciso que os estudantes se reconheçam nos bens patrimoniais presentes nos variados espaços, uma vez que esses patrimônios são elementos constitutivos de sua própria história.

Para que os estudantes possam se reconhecer no patrimônio cultural, deve-se analisar aquilo que foi delineado no passado, mas também conhecer o significado dos bens patrimoniais no presente. Deve transcender o senso comum e reconhecer no tempo presente, que patrimônio não é somente algumas estruturas herdadas do passado, mas compreender que patrimônio são também todos elementos que fazem parte da sua própria história. Sejam eles

relacionados à natureza, às técnicas, ao saber, ao saber fazer, como também todos os objetos e artefatos construídos através do meio ambiente e a capacidade/habilidade de saber fazer.

Nesse contexto, o objeto de estudo tem que estar relacionado com sua fundamentação histórica, discutir suas origens e suas contradições. Isto é, propor a base para o pensamento crítico. Bittencourt afirma:

O conhecimento histórico não se limita a apresentar o fato no tempo e no espaço acompanhado de uma série de documentos que comprovam sua existência. É preciso ligar o fato a temas e sujeitos que o produziram para buscar uma explicação. E para explicar e interpretar os fatos, é preciso uma análise, que deve obedecer a determinados princípios. Nesse procedimento, são utilizados conceitos e noções que organizam os fatos, tornando-os inteligíveis (BITTENCOURT, 2018, p. 156).

Nesse sentido, o ensino de história tem que propor uma reflexão consciente do objeto além do significado proposto pela dimensão política a qual a escola está submetida ideologicamente, a partir do seu currículo formal. Portanto, a visão crítica acontece pela mediação de conceitos.

2.1 Patrimônio Cultural na Perspectiva da Diversidade.

De acordo Funari e Pelegrini (2009), “Patrimônio” é uma palavra que em sua origem estava ligada aos interesses aristocráticos, portanto, surgiu no âmbito do direito de propriedade. Ou seja, com o intuito do patriarcalismo e individualismo. Posteriormente esse caráter patrimonial se alargou para outros interesses simbólicos como o religioso.

O patrimônio cultural é uma diversidade de elementos que articula e congrega pertencimentos das diversas matrizes étnicas. Mas devido aos pensamentos e ações de práticas de dominações de um grupo sobre outros, a diversidade patrimonial foi negligenciada com intuito de dominação sociocultural. Entretanto, assim como o patrimônio foi utilizado como elemento de dominação, o mesmo patrimônio pode ser usado para questionamentos e indagações, transformando-o num pensar crítico para romper o “culto” ao patrimônio de uma concepção homogênea, estática e elitizante.

A ideia de patrimônio comum a um grupo social, definidor de sua identidade e enquanto tal merecedor de proteção, nasceu no final do século XVIII, com a visão moderna de história e de cidade (Babelon e Chastel, 1994 apud Santos, 2001, p. 43). De certo modo, a construção de nação veio contribuir para a preservação do patrimônio, que se tornou símbolo em um sentido de pertencimento cultural de todas as pessoas.

O patrimônio cultural foi inserido num projeto amplo de construção de identidade nacional à serviço do processo de consolidação dos Estados-nação modernos (Fonseca, 1997 apud Santos, 2001, p. 43). Ocasionado pelos efeitos da Revolução Francesa (1789), em virtude dos ataques revolucionários, a utilização de práticas de preservação foi irrefutável para que se promovesse características identitárias na formação de uma identidade nacional.

A formação dos Estados-nação visou um processo preservacionista, cujo patrimônio pudesse identificar uma concepção de nacionalidade nos países ocidentais europeus recém-formados. Enfatiza Fonseca (1997), que a noção de patrimônio se inseriu no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos Estados-nação modernos.

No contexto de consolidação de Estado nacional, efetivamente foi amparado por acontecimentos como o da Revolução Industrial e também da Revolução Francesa. As cidades começaram dessa forma a se desenvolverem, e a partir daí formam um novo contexto no cenário de relações sociais e políticas e a formatação de um novo modelo econômico.

No Brasil, essa preocupação se dá fundamentada na concepção de singularidade e identidade nacional. Nessa perspectiva se propõe uma política de preservação do patrimônio cultural brasileiro, iniciada de maneira mais contundente nos anos de 1930 no governo de Getúlio Vargas, também amparada na ideia de modernidade.

Inicialmente, no âmbito da singularidade dos Estados europeus, a intenção de abordar as questões patrimoniais veio da necessidade de conservar os monumentos em razão de sua relação com o espaço e sua historicidade. Expressou-se a preocupação da evasão dos costumes e da identidade dos fatos presentes. Contudo, o processo de fortalecimento de uma concepção identitária do nacionalismo por intermédio do patrimônio, priorizou-se os monumentos. Dessa maneira, confirmou a forte influência da classe dominante na formação dos Estados modernos. Além disso, inclui-se também as edificações religiosas; o que figura a relação socioeconômica com a Igreja Católica.

Essas concepções acabarão por influenciar as colônias dos Estados europeus e também os Estados colonizados recém-independentes. Nesse processo de formação patrimonial do Estado moderno europeu ocidental, Martins (2014), evidencia a preocupação dos princípios de preservação monumental numa visão de modernidade caracterizada pelo Estado, e afirma:

A primeira forma de preservação nasce na França, onde em 1794 foram estabelecidos, no texto da Convenção Nacional Francesa, os princípios para a preservação dos monumentos históricos. Neste momento tratava-se de inventariar bens – principalmente edificações religiosas (igrejas, mosteiros) e monumentos relativos à história e à memória francesa, visando evitar a destruição sistemática

destes (a população revoltada destruía edificações e monumentos que para ela estava associada ao poder do Estado e da Igreja), que deviam ser considerados patrimônios históricos e artísticos da França. Em 1870, o governo francês cria o primeiro conselho de patrimônio, marco significativo para as primeiras elaborações de uma perspectiva preservacionista do patrimônio cultural. (REIA – Revista de Estudos e Investigações Antropológicas, ano 1, volume 1 (1): 2014 pág. 12)

No Brasil, não diferente do pensamento das concepções preservacionistas dos moldes europeus, há registros ainda do século XVIII do governador de Pernambuco - D. Luís Pereira Freire de Andrade. Ao enviar uma carta ao vice-rei do Estado do Brasil - D. André de Melo e Castro, conde de Galveias, demonstra a preocupação de preservar as construções legadas pelos holandeses, quando de sua ocupação na capitania de Pernambuco. Posterior a isso, somente no primeiro governo de Getúlio Vargas, atendendo a solicitação do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, um anteprojeto em 1936 o qual foi apresentado por Mário de Andrade para organizar um serviço de proteção para preservação do patrimônio.

A partir daí se consolida o texto do decreto-lei 25/1937, proposto por Rodrigo Melo Franco de Andrade, no qual está inserido o processo da criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional – SPAN. Em vista disso, se inicia um processo de lutas para tentar construir uma cultura identitária nacional.

No artigo que tem como título: *Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil*, Chuva (2008) destaca que Mário de Andrade tinha a intenção de conceber ao patrimônio cultural brasileiro a integração de todas as vertentes e natureza. O Estado deveria fazer essa integração cultural de um nacionalismo constituído por uma política do próprio Estado. Porém, nos campos do patrimônio e do folclore foram apartados na origem de suas trajetórias.

Todavia, observa-se que a política de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro percorreu por um caminho de reprodução cultural de desigualdade política e social. Mesmo após as implementações de grande importância na política institucional da atualidade, efetivada pelo Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional (IPHAN), com a expansão dos campos de bens de natureza patrimoniais continuam disputas por espaço e reconhecimento da multidisciplinaridade do patrimônio cultural brasileiro nos seus mais diversos âmbitos sociais.

Nas viagens realizadas por Mário de Andrade nas décadas de 1920 e de 1930 do século XX, observa-se um interesse de resgate da cultura de raízes populares no interior do Brasil, distantes das culturas já evidenciadas e praticadas nas grandes cidades brasileiras. Culturas balizadas por influências das erudições europeias impostas pelo processo colonial ou

trazidas pela classe dominante, imprimindo em visto disso, um costume de práticas numa visão eurocêntrica (CHUVAS, 2008).

“[...] Sobre popular, lugar da redescoberta do Brasil, foi feito imenso esforço de pesquisa e se construiu, pela primeira vez, segundo o autor, o vínculo entre distinção social, sofisticação, passado colonial e raiz popular (Nogueira, 2005, p.50).

O Brasil possui três principais matrizes fundantes em sua formação étnica, que são: o branco, o negro e o indígena. Entretanto, o processo de construção patrimonial dos registros culturais do país excluiu as contribuições dos indígenas e dos negros. Na idealização de Mário de Andrade era que, *a priori*, incluísse esses grupos a partir do folclore, pois havia uma ligação mais próxima com as tradições populares.

A identificação da cultura patrimonial do Brasil com o propósito de incluir de forma integral culturalmente, todos os povos pertencentes a esse território, não foram aceitas de maneira célere e sem entraves. Essa proposição somente ocorreu a partir de uma reconfiguração da identidade nacional, a qual se pensou a ampliação de patrimônio cultural. Introduziu-se também recortes de outros seguimentos, o qual favoreceu imaginar e acatar a ideia de patrimônio de forma mais significativa, incluindo aspectos antropológicos, dentre os quais os relacionados às questões religiosas, étnicas, ideológicas e de gêneros. Nesse processo de ampliação de visão do patrimônio cultural, Chuva destaca:

De um modo geral, tal ampliação tem sido explicada em função da guinada antropológica no âmbito das ciências sociais, a partir da qual a cultura passou a ser observada como processo, e as relações cotidianas tornaram-se objetos de investigação (CHUVA, 2008, p. 157).

Mesmo após a ampliação da concepção de patrimônio cultural por intermédio das ciências sociais, observa-se que os órgãos criados com o intuito de fomentar a cultura para sua institucionalização, deixou a esmo a cultura popular, sem receber o seu valor devido. Institucionalmente, o maior propósito em questão cultural era a restauração de bens arquitetônicos capitaneado pelo IPHAN. Isso ocorreu mais precisamente já na década dos anos 70 do século XX. Tampouco, se buscava um meio de organização para implementação da cultura popular no processo educativo por intermédio do Ministério da Educação e Cultura.

A cultura popular tem maior destaque quando Aloísio Magalhães se torna presidente do IPHAN e articula ideias conceituais da cultura popular com o folclore. Porém, sem fazer discernimento entre ambos, foi a partir dessa ação que tentaram transparecer que enfim se propusesse e se executaria a visão do patrimônio brasileiro defendido por Mário de Andrade nas décadas de 1920 e 1930. Na verdade, era somente uma política deliberada pelo Estado

para utilizar a imagem de Mário de Andrade o qual defendia uma maior integração do patrimônio brasileiro a partir do reconhecimento da diversidade de expressões culturais existentes no Brasil.

O reconhecimento da importância das expressões culturais em sua diversidade plural para uma visão mais ampla de patrimônio cultural brasileiro, ocorre só a partir da Constituição Federal de 1988. A implementação do decreto nº 3551 de 2000, instituiu para essa especificidade patrimonial o Registro de Bens de Natureza Imaterial, e é o que deu luz para a importância do patrimônio imaterial no Brasil, agora de maneira institucionalizada por meio da normatização.

Ainda há um grande desafio para a concretização de uma política integradora do patrimônio cultural brasileiro, em que efetivamente haja as rupturas necessárias para a implementação de uma política que envolva a diversidade cultural brasileira. O patrimônio cultural não pode ficar limitado à ideia e estrutura de classe social. Ele vai além, porém, o que se percebe é a apropriação de certos valores a determinados grupos hegemônicos que detêm domínios da herança cultural, outrora simbolicamente e hoje acrescido do usufruto econômico.

Essa apropriação é originada a partir do processo desigual de acesso aos bens culturais, pois não basta reunir os conjuntos de bens pertencentes a uma sociedade e afirmar que está acessível a todos. Existe uma hierarquia dos capitais culturais, em que o conhecimento de cada sociedade, por meio das escolas e museus, comprova que há uma apropriação de maneira desigual da herança cultural. É o que considera Canclini:

Não basta que as escolas e os museus estejam abertos a todos, que sejam gratuitos e promovam em [todos os setores] sua ação difusora; à medida que descemos na escala econômica e educacional, diminui a capacidade de apropriação do capital cultural transmitido por essas instituições. Esta variada capacidade de relacionamento com o patrimônio se origina, primeiro, da participação desigual de grupos sociais em sua formação (CANCLINI, 1994, p.95, 96).

Não se pode admitir que mesmo o Brasil com suas legislações que dão legitimidade a diversidade das expressões patrimoniais, ainda assim, promova um processo de subalternização na representatividade simbólica, como forma de controle e reprodução da desigualdade sociocultural. Há uma dispersão conceitual do processo de construção e formação do patrimônio cultural, o que contraria a objetividade da formação cultural, haja vista, que foi para unificar e integralizar a nação por meio de sua identidade étnico-cultural, e não promover desigualdades.

Diante desses percalços de disputas de espaço e domínio da classe social hegemônica, faz-se necessário utilizar também da cultura patrimonial como espaço de luta e reconhecimento da cooperação da diversidade dos grupos étnicos, que contribuíram com sua heterogeneidade na formação sociocultural do Brasil. O reconhecimento da contribuição da diversidade étnica se efetiva por meio da investigação e da difusão histórica da diversidade cultural desses povos, principalmente transmitido pela oralidade, que possibilita estruturar esse conhecimento e aplicá-lo na educação sistemática. No âmbito dos grupos populares não se tem uma estrutura de recursos para se registrar de maneira profunda a sua história, como se tem disponível e priorizado essa mesma estrutura para a classe dominante.

O patrimônio cultural não se constitui apenas pelos bens físicos urbanísticos, mas também daquilo que demonstra as experiências de um povo, seus modos de vida, de uso e das tradições. E isso se adapta aos processos de modificações da industrialização, mas não extingue o seu poder simbólico. Essas manifestações são construídas a partir de uma concepção imaginária que possibilita a identidade cultural: é a concepção do pertencimento que concebe a face subjetiva e evidencia o artefato cultural da vida em sociedade.¹⁴

O patrimônio que se apresentava como um símbolo cultural da classe dominante, que tinha a ambição de ostentar a sua influência, o seu poder político, social e econômico, primava por um projeto político de conservação e restauração no intuito de legitimar emblematicamente a sua dominação. Além disso, ampliou o usufruto econômico por meio do processo patrimonial, o qual integrou a setores diversificados da sociedade capitalista, de forma que, o patrimônio cultural se tornou alvo de disputas tanto na esfera política quanto na esfera econômica.

É fundamental a presença do Estado com suas normatizações para que o uso do patrimônio não sejam disputas de espaços, que privilegiem determinado grupo. Notadamente, o patrimônio cultural (por meio de ação privada) compreende tanto de bens históricos patrimoniais, como também de patrimônios naturais e se utilizam da disponibilidade dos recursos com anseios de acumulação econômica. Propiciam-se modificações nos bens patrimoniais sem a preocupação de danificar o valor histórico e simbólico desses bens, como também, reproduz a ideologia de uma identidade nacional a partir da concepção da classe dominante. Nesse intuito, promove a exploração da força de trabalho dos menos favorecidos,

¹⁴ Segundo Woodward (2014), a subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade.

não a valorizando e permanece ocultando o trabalho dos feitos do povo e de sua contribuição na diversidade sociocultural do Brasil.

Os coletivos populares, para não perderem espaço no mercado de consumo com a produção do patrimônio artesanal, também modificam as suas técnicas tradicionais. Dessa maneira, é imprescindível uma política de intervenção estatal para que a produção e o uso do patrimônio cultural possam se concatenar às mudanças socioeconômicas, sem perder a originalidade simbólica dos seus estilos de produção. O fortalecimento da luta pela defesa do patrimônio, bem como a preocupação em estruturar espaços políticos e econômicos para os grupos populares, que vivem basicamente da produção cultural a qual está bastante relacionada aos seus modos de vida.

O mais interessante seria resguardar a todos os tipos de produções culturais, ou seja, um projeto político que não estivesse atrelado aos privilégios de classes, mas assegurar a todos os setores de produção cultural. Ademais, efetivar sistematicamente os recursos que promovessem de fato uma identidade nacional diversa, de forma que tivesse a finalidade de suplantar as desigualdades sociais e regionais do país.

A concepção de assegurar o pluralismo de produção cultural está amparada nas cartas patrimoniais, como a que foi descrita na XI Assembleia Geral do ICOMOS, em 09 de outubro de 1996, conhecida como Carta de Sofia, quando deliberara que se deve considerar o patrimônio cultural levando-se em conta a diversidade e a especificidade cultural, ou seja, a defesa do pluralismo cultural, respeitando a origem/as origens das populações.

É importante ressaltar que quando se refere à identidade nacional não se delimita à homogeneização cultural, mas a diversidade dos mais primitivos costumes históricos que representam simbolicamente as múltiplas especificidades espalhadas pelo Brasil, principalmente as das comunidades tradicionais.

Há uma questão de suma importância na relação patrimonial, que é pertinente para o envolvimento de toda a comunidade: o processo de ensino é imprescindível para agregar toda a comunidade no intento de informar e proporcionar as reflexões para a formação de todos como atores sociais no contexto histórico, os quais são partícipes dos elementos constituintes da formação patrimonial. Elementar também é considerar as relações e condições de trabalho na vida dessas pessoas. Assim sendo, seria uma forma de conhecer um pouco da vida desses atores, que contribuíram e ainda contribuem para a formação do patrimônio, os quais, são parte dele.

Contextualizar a história de determinado patrimônio e proporcionar uma fuga para além da sua simbologia e do pensamento que projeta sua preservação. Significa sair do seu

traço comum. Canclini (1994, p.103), comenta: “[...] Seu traço comum é uma visão metafísica, a-histórica, da humanidade ou do “ser nacional”, cujas manifestações superiores teriam se dado num passado desvanecido, sobrevivendo hoje apenas nos bens que o rememoram.”

Pensar o patrimônio somente no aspecto conservacionista e monumentalista com função de rememorar o passado numa manifestação sem a análise da natureza fundamental da realidade, limita-se ao historicismo. Contudo, é necessário que o passado seja analisado, os fatos e características de um determinado tempo que existiu, embora seja preciso que se compreenda os sentidos dessa existência, sobretudo. Nas *Teses sobre o Conceito da História*, Benjamin (2020), argumenta que exprimir historicamente o passado não é tratá-lo significativamente como ele foi, mas tomar posse das lembranças ocorridas que estão presentes na memória, e cessar o perigo que ameaça ao sujeito histórico sem que ele tenha consciência. Benjamin aponta que o materialismo histórico propõe confrontar a tradição e todo o contexto histórico transmitido no momento de perigo para o sujeito histórico. E este pode interromper a tradição ao conformismo e transformar o fluxo da historiografia dos vencedores, refazer o feito histórico do passado e reconstruir a dignidade da memória dos que pereceram e foram esquecidos do contexto historiográfico.

A importância de analisar dialeticamente as questões envolvidas no contexto histórico-social em que determinado bem patrimonial está inserido e representa, dará melhor significado de maneira coerente de acordo com a realidade das pessoas. Aliás, desenvolverá uma função cultural inclusiva e consciente. O patrimônio não pode ser massificado numa visão hegemônica e num discurso uniforme, que possa afetar os direitos básicos culturais de outros povos presentes no espaço. É preciso, pois, pensar em patrimônio cultural relacionado com outras áreas como, por exemplo, a antropologia e a sociologia, para que se possa envolver outros âmbitos de culturas. Isso ajuda proporcionar o conhecimento das produções populares como as mais recentes apresentadas, que não são vistas como patrimônio, principalmente na visão dos estudantes. Portanto, é necessário que sejam tomadas medidas mais concretas pelo Estado para a difusão do reconhecimento dessas produções como patrimônio histórico cultural.

A ausência de uma política de Estado eficaz com ações concretas no âmbito da educação escolar, no intuito de reconhecer e divulgar as manifestações culturais, tem afetado a esses povos abstraídos suas práticas culturais. Desse modo, suas identidades e suas produções culturais entram no esquecimento, além do mais os que se utilizam dessas

produções não têm em sua consciência a importância dessas práticas e representações, que são integrantes do patrimônio cultural.

2.2 Patrimônio Cultural para além do Monumento.

A imagem de patrimônio cultural efetuada na sociedade brasileira e do modo como foi construída no processo de ensino, é a de um conjunto de monumentos deixados por nossos antepassados e que devemos conservá-los. A adoção dessa política pelo Estado numa visão eurocêntrica e colonialista, oficializado por um discurso hegemônico não contribuiu para a valorização e o reconhecimento de nossa diversidade. Isso propagou diversos conflitos, principalmente na disseminação de preconceitos reproduzidos muitas vezes no próprio sistema de ensino educacional.

À proporção que se evoca o passado numa visão redutível ao patrimônio cultural monumental, sem a intenção de educar a população e desconhecer o patrimônio em sua diversidade cultural, exclui-se coletivos pertencentes desse espaço que deixaram suas marcas na construção desses elementos simbólicos. Entretanto, em vista a dimensão diversa de povos que passaram e se relacionaram nesses espaços, historicamente são “esquecidos”, e quando citados são tratados de maneira coadjuvante. Fonseca (2003, p.56) afirma:

Poucos foram os registros que, como os deixados por Debret, Hildebrandt e outros, captaram ainda a presença, nesses espaços de mercados, escravos domésticos, negros de serviço e alforriados, enfim, da sociedade complexa e multifacetada que por ali circulava. Era, sobretudo, olhar distante dos viajantes estrangeiros, movido menos pela necessidade de construir uma imagem ideal, em moldes europeus, do país, que pelo interesse em documentar o que lhes parecia peculiar, e próprio daquelas terras, que costumava “incluir” na paisagem os “excluídos”, não apenas daqueles espaços, que também ocupavam, mas da memória coletiva (FONSECA 2003, p.56, 57).

O propósito de não registrar a presença e as manifestações culturais de grupos sociais diversos, inviabilizou muitos registros de vestígios, os quais foram esquecidos e outros que correm o risco de esquecimento. Os vestígios geralmente relacionados aos povos negros, indígenas e mestiços, que contribuíram com suas realizações materiais ou em relatos orais registrados memorialmente, foram praticamente considerados insignificantes e excluídos da política patrimonial no Brasil.

Essa é uma das preocupações que se deve levar em consideração no processo de ensino, porque possibilita aos estudantes identificarem e se desconstruam da reflexão sobre a

política patrimonial do Brasil. Perceber seu modo de ser, de fazer e de viver, para compreender e reconhecer a importância da sua cultura no espaço em que vive.

É a partir da observação dessas diferenças que a educação patrimonial deve contribuir para amenizar as desigualdades em questão. É necessário se posicionar para que se deem os primeiros passos no processo de ensino, no sentido de ampliar ou pôr em prática aquilo que já foi oficializado por meio de normatização. Isso pode redimensionar possibilidades para o conhecimento, observando toda a contribuição das matrizes étnicas na formação cultural do povo brasileiro por intermédio do patrimônio. Ou seja, incluir a sua representação de maneira mais extensa.

Diante da ênfase da abordagem do patrimônio cultural no Brasil, na perspectiva acerca da preservação, sem se referendar na articulação de uma concepção de conhecer, educar-se e inserir a cultura dos grupos diversos, que são excluídos de suas contribuições culturais, Gonçalves discorre duas concepções fundamentais:

“Educação para o patrimônio”, “educação com o patrimônio” ou, de forma mais genérica, ações educativas acerca do patrimônio cultural. De um lado, uma concepção que vincula as ações educativas à necessidade de proteção ou defesa do patrimônio cultural e que busca alcançar, por parte do público-alvo, respeito, interesse e apreço pelos bens patrimoniais; de outro, a concepção que articula tais ações educativas à valorização ou ao empoderamento de determinados grupos sociais por meio do reconhecimento do patrimônio cultural a eles associado, e que pressupõe a participação ativa desses mesmos grupos na definição do que cabe preservar (GONÇALVES, 2014, p.84).

Ao propor ações educativas para o patrimônio cultural é necessário a construção de uma relação que aborde o patrimônio de maneira inclusiva. E para alcançar uma política educativa de preservação patrimonial é fundamental que a sociedade, tanto coletiva como individual, tenham a capacidade de transcender o significado de determinado patrimônio, para que possam se enxergar nele, através dele, além dele.

Ao se associar ao patrimônio cultural, mais especificamente, aquele presente no espaço em que os estudantes estão inseridos, eles terão maior vínculo cultural e terão a capacidade na prática das concepções descritas por Gonçalves (2014): “Educação para o patrimônio e educação com o patrimônio”. As ações educativas são indispensáveis para tal prática e certamente contribuirão para o alcance do exercício, tanto da preservação do patrimônio, assim como o reconhecimento e a contribuição cultural de todos os grupos sociais, sem exclusão.

Enxergar o patrimônio a partir do conhecimento de sua construção historiográfica, sua relação identitária dos variados grupos sociais, estabelece o reconhecimento da importância de todos que são partes integrantes da formação do patrimônio. Portanto, são nesses espaços de discussões e orientações, que os estudantes devem estar presentes, para que possam compreender a importância da sua participação como sujeitos ativos sociais.

Preconizar uma política que chama a atenção das instituições competentes para a possibilidade de se trabalhar com a concepção patrimonial, como sugere Gonçalves (2014), eleva à amenização do nível de exclusão. Os estudantes, que nesse caso, geralmente são pertencentes aos grupos diversos, conhecidos como “minorias”, que não possuem o seu reconhecimento de maneira relevante em suas contribuições culturais, precisam conhecer todo o processo histórico de exclusão cultural, para atuarem ativamente na construção de uma política patrimonial democrática.

Algumas manifestações decorrentes de conferências foram realizadas com a preocupação de proteção dos monumentos, como a Carta de Atenas de 1931, realizado pelo Escritório Nacional dos Museus das Nações. A Carta propôs em um dos seus itens o papel da educação e o respeito aos monumentos. Essa manifestação foi designada para o sistema educacional de todos os países, para que os educadores habituem os estudantes tanto os da infância, quanto o da juventude, a se absterem de danificar os monumentos, e que lhes façam de uma maneira geral, aumentar o interesse pela proteção dos testemunhos de toda a civilização.

No âmbito do processo de ensino, envolver os discentes para despertar o interesse somente pela proteção de um monumento. Sem a observância da importância para os estudantes, sem sua representatividade, torna-se difícil para eles internalizarem o interesse pelo monumento patrimonial. O estudante deve se identificar e se considerar parte do contexto histórico, caso ocorra o contrário, talvez apareça determinado interesse pela questão, levando em conta o altruísmo. Entretanto, não consegue se colocar como sujeito social no contexto historiográfico do patrimônio; pois a práxis do ensino sobre o patrimônio cultural se volta quase exclusivamente para a preocupação com a preservação de monumentos.

Outra conferência realizada em 05 de dezembro de 1956, em Nova Délhi - capital da Índia, foi recomendado no item - Educação do Público (mais especificamente), pesquisas a sítios arqueológicos. Destacou-se a necessidade da participação de estudantes, que a autoridade competente deveria empreender uma ação educativa para despertar e desenvolver o respeito e a estima ao passado, especialmente através do ensino de história [...] (IPHAN, Cartas Patrimoniais, p.5).

É importante ressaltar que nessa conferência deram destaque para a abordagem no campo de educação ao público. Uma concepção de metodologia aplicável em matéria de pesquisas arqueológicas. Os Estados membros deveriam adotar as medidas para que os estudantes pudessem ter acesso a esses sítios. Remeteu-se ainda nessa discussão, o respeito e a estima ao passado por meio do ensino de história. Seria para que os estudantes se sentissem parte da valoração desse patrimônio. Entretanto, não ressaltaram a importância do processo transmutável do ensino de história. O que provavelmente não inseriria o público alvo no contexto histórico.

Desse modo, até então não havia alguma indicação que abordasse uma preocupação em relação ao patrimônio, que contemplasse a diversidade das contribuições de todas as faculdades humanas. Ou seja, onde se possibilitasse a capacidade de desenvolver uma ação educativa para assegurar oportunamente o conhecimento da produção cultural das camadas populares. Conhecer aquilo que circunda os estudantes e esteja relacionado ao seu cotidiano, a sua localidade, algo que possa ser fator de reconhecimento inerentemente ao seu subjetivo identitário.

A Conferência Geral da UNESCO, denominado de - Recomendação Paris Paisagens e Sítios - de 12 de dezembro de 1962, no documento formulado, foi recomendado a salvaguarda desses tipos de patrimônio no item sobre Educação do Público¹⁵, e aponta que:

- Uma ação educativa deveria ser empreendida dentro e fora das escolas para despertar e desenvolver o respeito público pelas paisagens e sítios e para tornar mais conhecidas as normas editadas para garantir sua salvaguarda.
- Os professores encarregados dessa tarefa educativa na escola deveriam receber uma preparação especial, na forma de estágios especializados de estudos em estabelecimentos de ensino secundário e superior.
- Os Estados Membros deveriam também facilitar a tarefa dos museus existentes, com o objetivo de intensificar a ação educativa já empreendida nesse sentido e considerar a possibilidade de criar museus especiais, ou seções especializadas nos museus existentes, para o estudo e a apresentação dos aspectos naturais e culturais, características de determinadas regiões.

¹⁵ Conforme texto compilado da Recomendação Paris Paisagens e Sítios da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura publicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, Cartas Patrimoniais, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>

- A educação do público fora da escola deveria ser tarefa da imprensa, das associações privadas de proteção das paisagens e dos sítios ou de proteção da natureza, dos órgãos encarregados do turismo e das organizações de juventude e de educação popular.
- Os Estados Membros deveriam facilitar a educação do público e estimular a ação das associações e de órgãos dedicados a essa tarefa, prestando-lhes uma ajuda material e colocando a sua disposição e à dos educadores em geral, os meios apropriados de publicidade tais como filmes, emissões radiofônicas ou de televisão, material para exposições permanentes, temporárias ou itinerantes, folhetos e livros capazes de obter uma grande difusão e idealizados com um espírito didático. Uma ampla publicidade poderia ser obtida através dos jornais, das revistas e das publicações periódicas regionais.
- Jornadas nacionais e internacionais, concursos e outras manifestações similares deveriam ser consagrados e ressaltar o valor das paisagens e dos sítios naturais ou criados pelo homem, para chamar a atenção do grande público sobre a importância da salvaguarda da sua beleza e de seu caráter, problema primordial para a coletividade.

Nesse documento ao que se refere à educação do público, veio reforçar a preocupação pelas paisagens e sítios de proteção da natureza, com o intuito de garantir a salvaguarda desses bens patrimoniais. Nele, deram ênfase para o âmbito educacional escolar, como aporte para garantir a expansão da informação e o envolvimento da sociedade. Concede também destaque para a educação popular e ressalta os aspectos naturais e culturais, característicos de determinadas regiões. Por conseguinte, observa-se um passo importante para a inserção de grupos populares no que se refere aos seus aspectos culturais, na esfera do processo de ensino.

Uma nova conferência geral foi realizada pela Organização das Nações Unidas, em Paris, 19 de novembro de 1964, para a Educação, a Ciência e a Cultura. Nessa conferência, decidiram por proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedades ilícitas de bens culturais. Para recomendação em ação educativa foi decidido:

No sentido de uma colaboração internacional que levasse em consideração tanto a natureza cultural, quanto a necessidade de intercâmbios para possibilitar a todos beneficiar-se do patrimônio cultural da humanidade, cada Estado Membro deveria agir de modo a estimular e desenvolver entre seus cidadãos o interesse e o respeito pelo patrimônio cultural de todas as nações. Tal ação deveria ser empreendida pelos serviços competentes em cooperação com os serviços educativos, com a imprensa e com outros meios de informação e difusão, com organizações de juventude e de educação popular e com grupos de indivíduos ligados a atividades humanas. (Recomendação Paris, IPHAN, Cartas Patrimoniais, p.5-6).

Essa recomendação pela conferência propõe que as ações educativas se voltem para o interesse do patrimônio cultural de todas as nações. Contudo, não houve novidades significativas em termos documentais e normatizadoras, quanto à relação entre povo e patrimônio cultural de maneira mais abrangente. Ou seja, o reconhecimento do patrimônio como algo além do concreto, que esteja intimamente relacionado às camadas populares. Sendo assim, permaneceu ainda numa visão em que prioriza obras e monumentos.

Nesse sentido, nenhuma medida definida foi realizada para propor ou discutir sobre o patrimônio cultural, no intuito de atender concretamente a sua relação com as camadas populares. Algo que priorizasse e que significativamente enfatizasse a cultura popular oportunizar aos estudantes compreensão de se enxergarem parte da cultura.

Outras conferências ocorreram, como a de novembro de 1968, as quais se referiram às obras públicas e privadas e suas relações com a conservação e proteção dos monumentos históricos, artísticos, arqueológicos e científicos. Recomendou-se à educação popular que desenvolvessem programas destinados sobre os perigos que as obras públicas ou privadas podem ocasionar aos bens culturais sem a devida preparação. E ainda também, aos museus e instituições educativas, deveriam realizar exposições sobre os perigos que as obras não controladas representam para os bens culturais (IPHAN, cartas patrimoniais, grifos meus).

Sobre a Conferência da Unesco, realizada em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, em sua décima sétima sessão, não trouxe muitas novidades em relação ao patrimônio cultural. Porém houve recomendações sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural.

Na Conferência da Unesco de Nairóbi, de 26 de outubro a 30 de novembro de 1976, houve como destaque, medidas de salvaguarda para os conjuntos históricos ou tradições. De acordo com tais medidas, os conjuntos históricos, assim denominados pelos participantes, são elementos fundamentais das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial, por isso a sua importância para a salvaguarda e sua integração na vida contemporânea.

Notadamente, de acordo com essas conferências realizadas pela Unesco, até então não corresponderam para a relevância de se destacar as culturas tradicionais e populares, estas que poderiam envolver de maneira significativa a população.

É importante destacar principalmente a cultura dos povos que foram subjugados, e que também tiveram sua cultura subalternizada pela cultura dos povos europeus no período colonial, e que se sucede nos dias atuais, a sobreposição da cultura patrimonial da classe dominante em relação à classe popular.

A cultura tradicional e popular teve sua proeminência na Conferência da Unesco em 1989 reunida em Paris, entre os dias 17 de outubro e 16 de novembro de 1989. Consideraram que a cultura tradicional e popular, forma parte do patrimônio universal da humanidade. E afirmaram ser um poderoso meio de aproximação entre os povos e grupos sociais existentes e de afirmação em sua identidade cultural.

Deram destaque na salvaguarda da cultura tradicional e popular, aspectos importantes aos quais propiciam principalmente para os estudantes que se identificam nesses grupos e não possuem uma relação de aprendizagem para que saibam reconhecer determinado tipo de patrimônio constituinte de sua memória histórica.

O documento que se refere a salvaguarda de proteção dessas tradições, presencia-se o destaque devido à preocupação para que esse tipo de cultura não seja influenciado ao ponto de perder o seu vigor pela influência da cultura industrializada, difundida pelos meios de comunicação de massa. Em meio a essa preocupação adotaram algumas medidas importantes para garantir que os Estados-membros pudessem adotar nos seus programas de ensino, medidas neste sentido:

- a) elaborassem e introduzissem nos programas de ensino, tanto curriculares como extracurriculares, o estudo da cultura tradicional e popular de maneira apropriada, destacando especialmente o respeito a esta do modo mais amplo possível, e considerando não apenas as culturas rurais ou das aldeias, mas também aquelas criadas nas zonas urbanas pelos diversos grupos sociais, profissionais, institucionais etc., para fomentar assim melhor entendimento da diversidade cultural e das diferentes visões de mundo, especialmente as que não participem da cultura dominante;
- b) garantissem o direito de acesso das diversas comunidades culturais à sua própria cultura tradicional e popular, apoiando também seu trabalho nas esferas da documentação, arquivos, pesquisa, etc., assim como na prática das tradições;
- c) estabelecessem um conselho nacional da cultura tradicional e popular, formado sobre uma base interdisciplinar ou outro organismo coordenador semelhante, no qual os diversos grupos interessados estivessem representados;
- d) prestassem apoio moral e financeiro aos indivíduos e instituições que estudem, tornem público, fomentem ou possuam elementos da cultura tradicional e popular;
- e) fomentassem a investigação científica relativa à salvaguarda da cultura tradicional e popular (IPHAN, Cartas Patrimoniais, 1989, p.4).

Nessa Conferência, as recomendações elencadas trouxeram conteúdos significativos para o processo do estudo da cultura tradicional e popular. Decerto, foi de suma importância principalmente para o contexto escolar, pois as medidas recomendadas no documento como um todo contemplou os grupos sociais que historicamente não eram percebidos como sujeitos de sua própria cultura. No item em destaque supracitado, chama atenção pelo fato de nutrir o valor da cultura em toda sua diversidade e não apenas por uma única cultura dominante. Portanto, são pontos fundamentais para o processo de ensino, como garantia de fazer com que

os estudantes possam refletir para o desenvolvimento do seu pensamento histórico e cultural, e perceber que eles fazem parte da história e da cultura no espaço que ocupam.

A Conferência Geral da UNESCO na Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial na Recomendação Paris, de 17 de outubro de 2003, veio consolidar a importância do patrimônio cultural imaterial. Além disso, ressaltou como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável, conforme já ressaltado na Recomendação da Unesco sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, ocorrido em 1989. E ainda, em destaque na Declaração Universal da Unesco, sobre a Diversidade Cultural em 2001, reforçou a importância dessa fonte do patrimônio cultural que até nesse momento parecia não ser reconhecido ou sem importância.

Constata-se que o patrimônio cultural imaterial, tem maior proximidade à cultura tradicional e popular. Ele deve dar maior referência à memória da cultura tradicional e popular que geralmente são invisibilizados. As culturas da camada popular urbana, das comunidades tradicionais, desempenham um papel considerável na manutenção e recriação do patrimônio da cultura imaterial e certamente contribuem tunicamente para possibilitar a visibilidade desses povos e de suas culturas que estão presentes socialmente, porém pouco reconhecidos.

Todas essas Recomendações realizadas pelas Conferências da UNESCO foram de grande contribuição para as ações no processo integralizador de ensino. Contudo, há a necessidade da prática dessas decisões para que o estudante compreenda e saiba reconhecer que o patrimônio cultural não é sinônimo exclusivamente de monumentos edificadas. Isto quer dizer, aquele ligado memoravelmente à história oficial, ou aqueles citados nos livros didáticos, ou ainda símbolo de culto ao passado. Isso enfatiza a necessidade de discussões para compreender o motivo de sua simbologia, embora se saiba da relevância de discutir todas as formas de patrimônio cultural.

Todavia, percebe-se a carência de se abordar sobre o patrimônio da cultura imaterial, o qual geralmente abrange a cultura tradicional e popular e que está presente na Constituição Federal de 1988, (2018, p.65) no Artigo 216, o qual cita que os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Não obstante, quando são referidos às práticas populares tradicionais, os estudantes não os veem como patrimônio cultural.

Portanto, é preciso reverberar essa questão no que tange ao processo de ensino, principalmente na educação escolar pública, posto que, a maior parte dos estudantes são pertencentes à camada social que estão presentes nos segmentos de culturas populares.

Ao se discutir essas situações, estimulam-se os discentes a se enxergarem parte desse tipo de patrimônio, para que também possam se autoafirmar como sujeitos no processo educativo, parceiros disseminadores da tolerância e do respeito à diversidade cultural, étnica e social.

CAPÍTULO 3. A EXPERIÊNCIA DA PANELADA: ESTRATÉGIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Aqui será apresentado um roteiro de um recurso didático pedagógico para o ensino de História. Esse recurso é desenvolvido a partir da experiência de uma atividade prática realizada com os estudantes. Entretanto, devido ao contexto dos fatos em que se vive no momento, não foi possível realizar todas as etapas experienciais da pesquisa com os estudantes por causa da ocorrência da pandemia provocada pelo vírus sars-cov-2. Nesse caso, não foi realizada a culminância do trabalho na escola.

A aplicabilidade do recurso didático na disciplina de História é indispensável para viabilizar o desenvolvimento do trabalho pedagógico no processo de “ensinagem”. São os recursos didáticos que dão suportes necessários para que os estudantes compreendam melhor o conteúdo abordado e que proporcionam a visibilidade para uma orientação crítica. Porém, é indispensável que o professor tenha critérios na organização e seleção do material, para mobilizar o recurso com a finalidade de possibilitar o aprendizado histórico. Aprender significativamente é abordar os conteúdos da disciplina de história a partir das experiências dos estudantes, do seu tempo e do espaço que estão inseridos.

A construção de uma proposta didática tem como propósito o desenvolvimento do aprendizado ativo dos estudantes a partir de estratégias pedagógicas. As narrativas intrinsecamente são partes do contexto histórico, dessa forma, por meio das narrativas, ao utilizar mensagens assertivas pode despertar a atenção e reflexão dos estudantes.

Mas antes, é necessário classificar os elementos do conteúdo, que se pretende trabalhar no ensino de História. Ou seja, escolher narrativas que tenham significados históricos e socioculturais que incutam percepções relevantes, com sentidos significativos e coerentes com os fatos presentes e sua relação com os acontecimentos históricos do passado.

A partir da experiência de docência dos vários conteúdos abordados, muitos estudantes demonstram a necessidade de uma compreensão mais clara e objetiva. A partir dessas experiências a adoção de uma prática para a necessidade de visualizar o conteúdo histórico por meio de espaços associados ao cotidiano, o processo de “ensinagem” com a abordagem da história local, possibilita aos estudantes refletirem o conteúdo histórico, a partir de seu tempo. Portanto, é nessa perspectiva que foi desenvolvida uma estratégia didática para o Ensino de História neste trabalho.

Quando determinado espaço não tem uma tradição em patrimonialização, ou quando se tem uma visão homogeneizada do patrimônio, é indispensável discutir o espaço que estamos inseridos. Contudo, o patrimônio, que antes era restrito ao excepcional, recentemente tem se aproximado mais das ações do cotidiano e isso tem possibilitado visualizar a sua respectiva e riquíssima heterogeneidade, principalmente no que se refere a imaterialidade patrimonial (Pelegriani & Funari, 2013). Trabalhar com Educação patrimonial é de suma importância, pois nos proporciona conhecer o espaço que ocupamos e refletir com bastante afinco. A utilização dessa abordagem metodológica no contexto escolar é de fundamental importância para que as próximas gerações estejam conscientes acerca da concepção do patrimônio cultural em suas variedades e diversas formas de expressão.

O município de Imperatriz ainda é muito carente no processo de patrimonialização. Após muitas lutas travadas pela implantação de um museu na cidade de Imperatriz, alguns professores na oportunidade, passaram a fazer parte do conselho estadual de cultura. Os conselhos estaduais de cultura foram deliberados para criação no segundo mandato do governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, através do Ministério da Cultura. Os membros representantes da cidade de Imperatriz apresentaram um projeto para a implantação de um museu na cidade, porém não obtiveram uma resposta. Com a criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL no ano de 2015, e também a implantação da fábrica da Suzano na cidade, houve a oportunidade via parceria entre a UEMASUL com o governo do estado e a fábrica da Suzano, para a fundação de uma Casa de Memória e um Centro de Arqueologia no Maranhão. Contudo, após reuniões, ficou estabelecido que o modelo de implantação para o momento seria um Centro de Pesquisa em Arqueologia, como contraproposta da empresa Suzano para a cidade de Imperatriz. Entretanto, partir das pautas discutidas, ficou encaminhada a ideia de criação de um museu com necessidade de viabilização.

No I Simpósio de Educação Patrimonial da Região Tocantina, realizado na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL em 2018, foi

elaborada uma Carta Municipal de Patrimônio Histórico Cultural de Imperatriz, encaminhada para Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão para os ajustes finais e implementação do primeiro museu da cidade de Imperatriz. Mas o projeto está paralisado.

Ao destacar acima a luta pela criação do primeiro museu para a cidade de Imperatriz, é fundamental para compreender a importância desses espaços para formação educacional dos estudantes e para que as futuras gerações deem a devida importância ao patrimônio cultural de sua cidade.

A proposta do recurso didático descrito aqui destaca uma aula dialógica reflexiva com uma visita guiada a alguns locais de venda de panelada na cidade de Imperatriz, tendo como principal objetivo fazer com que os estudantes observem na prática a tradição cultural da “panelada” e sua relação com a história local. Possibilitar a capacidade de reflexão, de que a história está presente em nosso cotidiano e não somente abordado nos livros didáticos. Além disso, instigar os estudantes a repensar as narrativas do passado e sua relação com os acontecimentos do presente, enfatizando que todas as pessoas são: sujeitos históricos. Esse trabalho foi realizado com alguns estudantes do 7º ano do ensino fundamental, porém, é um tipo de proposta didática que pode ser utilizada com todas as turmas de ensino fundamental e ensino médio. Essa proposta possibilita adaptações para que o/a professor/a venha a realizar de acordo com sua necessidade didática pedagógica.

As laborações aplicadas foram divididas em algumas etapas, como a aplicação de um questionário exploratório para conhecer um pouco da vida social e econômica dos estudantes. Posteriormente, na sala de aula foi realizada uma aula para sensibilizar os estudantes sobre a importância do patrimônio cultural e sua relação com a história local. Depois foi realizada uma visita a alguns pontos de venda de panelada na cidade. Posteriormente, trabalhamos um momento de reflexão para diagnosticar o conhecimento dos estudantes em relação a história local e sua relação com o patrimônio cultural.

Como já destacado anteriormente, a educação patrimonial serve de recurso para trabalhar as questões relativas ao patrimônio cultural a partir de uma reflexão crítica. Tolentino (2019), afirma que a educação no campo patrimonial tem que ser crítica, a partir de uma prática dialógica reflexiva e que contemple a participação de todas as comunidades com suas diversidades.

De acordo com Lemos (2006), de maneira geral a classificação do patrimônio cultural é definida pela composição das relações entre o meio ambiente, o saber e o artefato; entre o artefato e o homem; e entre o homem e a natureza. Portanto, é a partir dessa relação que o sentido de patrimônio cultural abrange de maneira significativa todas as ações de

manifestações do homem com a natureza. Isso significa a participação indistintamente de todos na constituição do patrimônio cultural.

O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história. Além disso, o patrimônio cultural se universaliza no espaço, para que todos estejam juntos e comunguem as mesmas ideias, ao significado e importância para determinado grupo. Essas ideias e valores são transmitidas culturalmente para outras gerações, o que cabe aqui dizer como se fossem herdeiros culturais, que promovem a tradição dos costumes criados, apreendidos e modificados pela memória das gerações passadas e presentes.

Se o patrimônio cultural é refletido pela relação de identidade e pertencimento, pode-se, portanto, considerar a panelada como patrimônio cultural local, pois ela está imersa ao sentimento da comunidade que habita esse espaço.

Como já citado anteriormente, a história local é parte indissociável da comunidade e imprescindível para que os estudantes se percebam participantes do processo histórico. A panelada como objeto reconhecido integrante da cultura local, por muitos populares, tornou-se significativa para a maioria das pessoas que habitam a cidade de Imperatriz. Porém, até então para muitas pessoas, não se observa ou não têm o conhecimento de que a panelada é resultado do contexto histórico local categorizada como subproduto do gado.

É nesse intuito de fazer reconhecer a “panelada”, não somente como elemento cultural da cidade, mas também conhecer a sua relação com a história local a partir do processo de colonização da região sul maranhense com a chegada do gado, e posteriormente observar a presença do gado num outro contexto histórico, a partir da produção dos seus subprodutos, nesse caso, a “panelada”.

A seguir será apresentado um roteiro de um recurso didático para abordar esse tipo de temática. Muitos foram os percalços que ocorreram nesses últimos dois anos com o surgimento da Covid-19, SARS-CoV-2, mesmo diante das dificuldades, conseguimos realizar a nossa proposta de trabalho.

3.1 Caminhos para a panelada, possibilidades para uma reflexão patrimonial e histórica

3.2.1 ROTEIRO METODOLÓGICO

1ª Etapa: Nesse primeiro momento foram aplicados dois tipos de questionários exploratórios. O primeiro para conhecer um pouco do perfil socioeconômico dos estudantes. O outro para

um diagnóstico sobre o conhecimento dos estudantes em relação à Educação Patrimonial e Patrimônio Cultural. O resultado do questionário diagnóstico sobre o conhecimento dos estudantes em relação ao Patrimônio Cultural, mostra exatamente aquilo que pensa grande parte das pessoas e reproduzem uma visão alicerçada pela classe dominante, que é a de um Patrimônio Cultural como algo excepcional e monumentalista. O resultado demonstra nitidamente a necessidade de trabalhar com a Educação Patrimonial de maneira inclusiva e reflexiva.

Quadro 3 – Dados do perfil socioeconômico dos estudantes do 7º ano da Escola “Mariana Luz” do ano de 2020

Nº	Perguntas	Respostas	Observação
1	Sexo?		
	Feminino	11	
	Masculino	24	
	Outro. Cite:	0	
2	Idade?		
	Feminino	10 estudantes feminino disseram ter 11 anos. 1 disse que tem 13 anos.	
	Masculino	1 estudante masculino afirmou ter 11 anos. 18 afirmaram ter 12 anos. 1 disse que tem 13 anos. 3 afirmaram ter 14 anos e 1 disse que tem 15 anos.	
	Outro. Cite:	0	
3	Cor?		
	Branca	1	
	Preta	1	
	Amarela	1	
	Parda	28	
	Indígena	2	
	Não sabe	2	
4	Exerce atividade remunerada?		
	Sim	1	Vende cartelas de sorteio de prêmios
	Não	34	
5	Faixa de renda da família (R\$)?		
	Até 440	1	
	Entre 440 a 880	3	
	De 880 a 1.045	5	
	Acima de 1.045	7	
	Não sabe	19	
6	É beneficiário de algum programa social do governo federal e/ou estadual?		

	Sim	15	
	Não	14	
	Não sabe	6	
7	Mora com quem?		
	Pai e mãe	1	
	Pai, mãe e irmãos(ãs)	13	
	Somente com a avó	3	
	Somente com o pai	0	
	Avô e avó	1	
	Somente com os irmãos e irmãs	0	
	Somente com a mãe	12	
	Somente com o avô	0	
	Outro. Cite:	5	1 estudante mora com a avó e irmãos. 1 mora com a avó, mãe e irmãos. 1 mora com o tio e o bisavô. 1 mora com a mãe, avó e primo e 1 mora com a mãe a avó, avô, tio, irmã e primos.
8	Quantas pessoas moram na sua casa incluindo você?	2 afirmaram que moram 2 pessoas. 10 disseram que moram na soma de 3 pessoas. 9 afirmaram 4 pessoas. 8 moram num total de 5 pessoas. 3 disseram que moram numa quantidade de 6 pessoa. 1 mora num espaço com total de 7 pessoas. 1 mora num total de 8 pessoas e 1 mora num espaço com um total de 9 pessoas.	
9	Quantos cômodos têm na sua casa?	1 afirmou ter 2 cômodos. 2 afirmaram que tem 3 cômodos. 4 disseram 4 cômodos. 3 disseram 5 cômodos. 11 afirmaram morar em 6 cômodos. 8 em 7 cômodos. 5 em 8 cômodos e 1 disse que sua casa tem 9 cômodos.	
10	Você mora em casa?		
	Alugada	9	
	Própria	22	
	Empresta (cedida)	3	
	De parentes	1	
	Outro. Cite:	0	
11	Participa de alguma religião?		
	Cristã Católica	14	
	Cristã Evangélica	18	
	Matriz africana	0	
	Islâmica	0	
	Nenhuma	3	
	Outra. Cite:	0	

Quadro 4 - Resultado geral do questionário diagnóstico sobre o conhecimento dos estudantes em relação à Educação Patrimonial, Cultura e Patrimônio Cultural

Nº	Perguntas	Respostas	Observação
1	Você já ouviu falar em Educação Patrimonial?		
	Sim	2	
	Não	33	
2	Você sabe o que é ou já ouviu falar em patrimônio cultural?		
		16	
	Não	19	
3	Você conhece algum patrimônio cultural?		
	Sim	6	
	Cite exemplo		Artesantos 4; Festa cultural 1; Beira rio 1.
	Não	29	
4	Na cidade que você mora existe algum tipo de patrimônio cultural?		
	Sim	4	
	Cite exemplo		Festas popular 1; Igreja de Santa Teresa 1; Parque 1.
	Não	0	
	Não sei	31	
5	Você sabe o que é patrimônio material?		
	Sim	4	
	Cite exemplo		Moedas antigas 2; vaso antigo 1; são coisas que pode ser tocada 1.
	Não	31	
6	Você sabe o que é patrimônio imaterial?		
	Sim	4	
	Cite exemplo		Festas 1; história sobre sua cultura 1; sentimentos 1; músicas 1.
	Não	31	
7	Assinale o que você considera como patrimônio cultural.		
	Igrejas	21	
	Documentos históricos	20	
	Casas das famílias ricas	19	
	Artesanatos	19	
	Obras de arte	14	
	Livros	14	
	Culinária	12	
	Festas populares	8	
	Escolas	4	
	Nenhuma dessas opções	1	

	Outro (cite)	0	
8	Na sua opinião, fotografias antigas, objetos antigos, coleção de moedas antigas são patrimônios culturais?		
	Sim	25	
	Não	1	
8	Não sei	9	
9	Você considera que o patrimônio cultural é somente os bens culturais do passado?		
	Sim	5	
	Não	21	
	Não sei	9	
10	Na sua opinião, é importante cuidar do patrimônio cultural e continuar com as práticas culturais das gerações passadas?		
	Sim	28	
	Não	2	
	Não sei	5	
11	Você conhece ou já ouviu falar sobre o Instituto Histórico e Artístico Nacional - IPHAN?		
	Sim	2	
	Não	33	
12	Marque os itens que você considera que seja cultura:		
	Música	27	
	Artes	26	
	Festas populares	24	
	Livros	18	
	Feiras	16	
	Cinema	8	
	Televisão	5	
	Comidas	3	
	Outro (cite)	0	
13	Você considera que é necessário conhecer os hábitos, costumes, lugares e prédios utilizados no passado por pessoas que nos antecederam?		
	Sim	29	
	Não	4	
	Não sei	2	

Nota-se que: o número de meninos é um pouco mais que o dobro de meninas, na faixa etária dos 12 anos; que a maioria considera-se parda; mais da metade tem uma renda familiar aquém de um salário mínimo, o que por si só já consiste um absurdo porque ninguém deveria receber menos do que o próprio nome diz – salário MÍNIMO – imaginem ainda quando o grupo familiar todo recebe menos que tal; metade vive com a mãe, o que nos chama a atenção

para um país como o nosso que é recordista em abandono parental; e que, sobretudo, quase por unanimidade não tinham ouvido falar ainda sobre educação familiar e patrimônio imaterial.

2ª Etapa: Momento de sensibilização e reflexão com os estudantes sobre Patrimônio Cultural e a História Local

Nessa etapa, foi realizada uma aula para sensibilizar os estudantes sobre a diversidade de Patrimônio Cultural e também de sua importância em relação com a história, principalmente os bem próximos do nosso cotidiano. Alguns questionamentos foram propostos a partir da necessidade das discussões sobre as problematizações descritas ao longo desse trabalho. Nesse caso, a reflexão do patrimônio imaterial e sua relação presente na cultura popular. Esse momento de abordagem foi para refletir sobre a diversidade de patrimônio cultural e que não são reconhecidos. Aqui foi apresentado o objeto da pesquisa, a panelada, como elemento histórico cultural da cidade de Imperatriz, de sua importância como patrimônio cultural tanto quanto outros tipos considerados famosos e reconhecidos, como o Coliseu de Roma. Além disso, foi trabalhado nessa aula alguns textos sobre a história local sobre o processo de colonização da região sul maranhense, com a temática “caminhos do gado”, e utilização de sua matéria-prima para construção dos seus subprodutos, dando destaque para a panelada como gastronomia típica da cidade de Imperatriz. Também foi trabalhado sobre o processo de construção da rodovia Belém-Brasília no governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1960), período em que chegou à Imperatriz o Sr. Acrízio Xavier em busca de trabalho e teve a ideia de construir uma espécie de tabuleiro (carrinho de madeira para transportar a panelada), para vender em domicílio. Após a abordagem sobre essas temáticas, foi solicitado aos estudantes que fizessem desenhos para exemplificar algum tipo de patrimônio cultural material e imaterial, que eles tivessem conhecimento. Observe abaixo as imagens de atividades realizadas por alguns dos estudantes.

Figura 17 - Aula dialógica e reflexiva sobre Patrimônio Cultural e o Ensino de História



Fonte: Autor, 2019.

Figura 18 – Aula dialógica sobre Patrimônio Cultural e o Ensino de História



Fonte: Autor, 2019.

Figura 19 – Atividade proposta realizada pelos estudantes

Escola Municipal Mariana Luz.
 Data: 21 de Fevereiro de 2020.
 Nome: Ana Júlia Silva Almeida.
 Prof. Loren. 7º Ano "B".

Patrimônio Cultural Material.



Igreja Santa Tereza D'ávil

Patrimônio Cultural Imaterial.



Modo de preparar comida.

Figura 20 – Atividade proposta realizada pelos estudantes

Escola = Municipal Morionno Souza
 Imperatriz = ~~21/02/2020~~
 Aluno = Carlos Eduardo Araújo
 Professor = Arnon 7º Ano "B"

Patrimônio cultural material.

Igreja de Santo Teresinha
 de Azeite



Patrimônio cultural imaterial modo de preparo
 do azeite de coco



3ª Etapa: Visita a alguns pontos de venda de “Panelada”

Antes de iniciar a visita aos locais e realizar uma entrevista com as vendedoras de panelada, foi realizado um momento de bate papo com os estudantes sobre a importância de observar os detalhes tanto do espaço como a fala das entrevistadas para que posteriormente pudessemos contextualizar com a história local. É importante ressaltar que somente seis estudantes participaram dessa etapa, acompanhados por mim e pelo coordenador pedagógico da escola, pois a escola está funcionando com sistema híbrido de ensino em formato de rodízio devido a pandemia da covid-19.

Foram escolhidas três vendedoras para serem entrevistadas pelos estudantes. Segundo Santiago e Magalhães (2015) as entrevistas voltadas a determinado tema conseguem buscar informações mais precisas e pontuais. Mesmo tendo um direcionamento temático com o uso de roteiro, esse recurso possibilita aos estudantes vivenciarem a busca do conhecimento e da informação com mais liberdade.

Através da entrevista os estudantes puderam conhecer mais de perto a importância da panelada na vida dos vendedores e dos consumidores que apreciam essa iguaria. Conseguiram internalizar o porquê desse alimento ter se tornado tradição na cidade de Imperatriz e de estar presente no cotidiano das pessoas, que muitos relacionam essa comida no âmbito cultural com a cidade.

O critério de escolha das vendedoras foram a partir das que se encontravam no local no momento da visita, e, lógico, as que se disponibilizaram para fazer parte do trabalho. A seguir será abordado alguns pontos importantes da entrevista realizada com algumas das paneleiras vendedoras de “panelada”.

Paneleira - Vendedora 01

Há dez anos que trabalho com venda de panelada. Eu mesmo preparo esse alimento. A receita aprendi através da mãe que trabalhava num hotel. Após eu me aposentar no serviço público passei a vender panelada para complementar a minha renda. Além da panelada eu vendo também outros tipos de prato como: sarapatel, carne de bode no leite de coco, galinha caipira, assado de panela e carne de porco. O dinheiro que ganho com venda é usado pra a despesa de casa. Ultimamente está fraca a venda de comida. A panelada representa também

a história da cidade de Imperatriz, que começou popularmente com o Sr. Acrízio Xavier. Considero a panelada uma atração turística em Imperatriz por ter caído no gosto do povo. A notícia da panelada vai longe, que tem gente do exterior que sente o desejo de experimentar a panelada preparada em Imperatriz. Ainda não temos uma cooperativa ou associação, mas a prefeitura promove um evento todo ano no aniversário da cidade, um evento chamado de “música e panelada”. No último festival ganhei o prêmio de melhor panelada. Não existe ainda um curso promovido para ensinar o preparo da panelada. Com a criação desse novo local¹⁶ o panelódromo foi pra esvaziar o local das “Quatro Bocas” por causa do comércio que tem lá, mas não afetou as vendas do panelódromo, pelo contrário, as vendas melhoraram por ser um local mais higiênico e tem melhor estrutura. Sobre o modo de preparo da panelada não posso falar tudo, porque é segredo. Mas o básico dos principais ingredientes são o bucho do boi, as tripas, as unhas e os nervos. Em geral coloca sal, colorau, cebola, alho e tomate.

Paneleira - Vendedora 02

Trabalho há 19 anos com a venda de panelada, iniciei ajudando a minha mãe, junto com a minha irmã e atualmente a minha filha me ajuda. Quem me ensinou a preparar foi a minha irmã. Comecei a vender panelada por falta de emprego. Comecei só com a panelada depois fiz outros pratos como: carne de porco, bode no leite de coco, sarapatel, frango, galinha caipira. O dinheiro que ganho com a venda é para a sobrevivência. A panelada já faz parte da tradição da história de Imperatriz, eu cresci escutando isso, e vendo a venda e o consumo da panelada nas “Quatro Bocas”. Não “sonhava” que um dia fosse vender panelada, antes eu trabalhava com outras coisas e depois fui sobreviver com a venda de panelada. A panelada é parte da atração turística da cidade de Imperatriz. Por onde eu já andei escutei várias pessoas dizer que a verdadeira panelada, que possui o sabor tradicional é a de Imperatriz. Destaco que antes a venda de panelada era somente à noite, depois se tornou 24 horas por dia, no próprio panelódromo as vendedoras que trabalham nos boxes, vão se revezando para não faltar a venda do produto. A gente não possui associação;

¹⁶ A criação de um novo local (panelódromo) para a venda de panelada, foi bastante conflituosa iniciada desde o fim da década de 1990. O local tradicional era nas “quatro bocas”, porém com o crescimento do comércio, os comerciantes não aceitaram mais a venda da panelada nesse local. A partir disso a prefeitura disponibilizou um outro local em que não havia muito movimento de transeuntes. Todas as vezes que a prefeitura anunciava a retirada dos vendedores de panelada nas “quatro bocas” havia protesto das vendedoras de panelada que fechavam a avenida Bernardo Sayão, local das “quatro bocas”. Por fim a prefeitura conseguiu um local no centro da cidade na Praça Tiradentes para construir o referido panelódromo, o qual foi inaugurado no ano de 2020.

acontece às vezes festival para promover e divulgar a venda de panelada realizado pela prefeitura de Imperatriz e também pelo SEBRAE. Mas nunca fomos convidada para algum evento para ensinar receita de preparo da panelada ou de outras iguaria. Com a criação do panelódromo melhorou a estrutura, muitas pessoa que vem de outras cidade falam que o espaço ficou muito bom, faz turismo pelo espaço e que na cidade deles não tem esse tipo de espaço padrão, pra a venda de comida. O prato mais pedido é a panelada, eu ofereço outros tipos, mas a preferência dos consumidores é a panelada. Acredito que é por causa da tradição, tem pessoa que nunca tinha experimentado a panelada e quando comem não para mais de comer. Aqui se não preparar a panelada para vender perde cliente, tem época que é preciso fazer o preparo da panelada de duas a três vez por causa da procura. Pra preparar o prato são ingredientes básico do boi, são as tripas, bucho, pés, nervos. Não posso falar todos os temperos, digo só o básico, sal, colorau, pimenta do reino, cebola, tomate. Toda paneleira tem o seu segredo de tempero para dá o sabor especial na panelada.

Paneleira - Vendedora 03

Trabalho com venda de panelada há 26 anos, e eu mesma que preparo a panelada. Comecei a vender panelada porque eu perdi o emprego e não tinha outro meio de sobreviver, passei a observar as panelleiras no dia a dia e aprendi a preparar a panelada e depois consegui montar um carrinho com barraca de venda. Além de vender a panelada que é o prato principal, passei a vender também sarapatel, bode cozido, galinha caipira, mas o que mais vende mesmo é a panelada. O dinheiro da venda eu uso pra pagar despesas de casa, como aluguel, alimentos, prestação de algum bem, remédios e outras coisas. Com a pandemia e com os preços dos alimentos mais caros, o consumo de panelada diminuiu. Eu vendia em torno de uns 15 quilos de arroz por dia, agora não vende nem 4 quilos. A panelada já faz parte da história e da tradição de Imperatriz, quando não tem panelada no local de venda as pessoas nem encosta. A panelada para mim virou símbolo turístico porque vêm pessoas de vários lugares procurando pela panelada, já atendi várias pessoas de Goiás, que quando chega à Imperatriz corre logo para cá. Faço comercial de outros pratos, mas, as pessoas na maioria dão preferência à panelada. As panelleiras nunca se organizaram para formar uma associação. Ultimamente a prefeitura de Imperatriz, através da fundação cultural faz um evento para festejar a panelada e aquecer as vendas e também sorteia prêmio para quem prepara a melhor panelada. Não existe curso para ensinar preparar a panelada, isso seria importante, mas não contaria todos os temperos (risos). Com a criação do

panelódromo, várias panelleiras mudaram sua venda das “Quatro Bocas” para cá, mas não prejudicou a tradição cultural, porque é a panelada que tem a tradição e não o espaço. Para o preparo da panelada, coloco os ingrediente: o bucho do boi, as tripas, as unhas, os nervos da canela do boi. Limpo bem, escaldo com bastante limão e vinagre. Coloca para ferver com folha de louro, depois separo e coloco na panela de pressão as unha e os nervo porque são mais duros para cozinhar. Depois misturo tudo numa única panela e tempero com sal, cebola, alho, pimenta de cheiro, pimenta do reino, folha de louro e o colorau e boto para cozinhar. A panelada é uma comida muito boa, mas nem todo mundo sabe preparar. Muitas pessoa chegam aqui e pede para olhar porque já viram outros preparo por aí e não gostaram do tempero. Os pontos negativos do preparo do prato é quando a panelada fica muito branca sem cor, caldo fino, sem gosto e também com muita gordura. O colorau tem que ser na medida certa para não ficar muito vermelho, mas também não deve ficar sem cor.

As narrativas das panelleiras possibilitaram aos estudantes percepções e discussões sobre o Patrimônio Cultural. Esse momento refletiu a importância e o significado dos sujeitos na dimensão histórica. É nesse espaço que os estudantes puderam perceber a relação do processo histórico de colonização da região com a influência do caminho do gado e sua relação com o contexto histórico atual. São nesses espaços, ao observar as experiências das marcas dos objetos do presente e relacioná-los com o passado, que viabilizam uma análise da história e propõe refletir sobre suas mudanças e permanências. São essas experiências da vida prática que possibilitam o aprendizado histórico. Rüsen (2007, p. 111) afirma que “o aprendizado histórico depende da disposição de se confrontar com experiências que possuam um caráter especificamente histórico”. Portanto, encontrar-se com as experiências presentes na história e fazer uma relação com determinada temática abordada do passado, faz com que os estudantes transcendam o seu saber histórico e oportuniza novas dimensões de experiências históricas, que possibilitam aos estudantes uma dinâmica temporal mais consciente. E tudo isso pôde ser percebido após o término da visita no local de venda da panelada, quando encerramos os trabalhos com as entrevistas, iniciamos uma roda de conversa para ouvir as percepções e impressões que estudantes tiveram no contato direto com o local de venda e com a panelada. Além disso, identificar a compreensão dos estudantes sobre a relação da panelada com a história local e de sua importância como patrimônio cultural de Imperatriz. Para as práticas realizadas em todo o contexto do trabalho são necessárias a participação do professor, para mediar debates, conversas e informações sobre a temática trabalhada.

Figura 21 – Visita dos estudantes à venda de panelada para entrevistar as paneleiras



Fonte: Autor, 2020.

Figura 22 – Visita dos estudantes à venda de panelada para entrevistar as paneleiras



Fonte: Autor, 2020.

4ª Etapa: Mostra gastronômica da “panelada” e exposição em mural com o trabalho realizados pelos estudantes.

Assim como as outras etapas do trabalho, essa também deve ser realizada pelos estudantes com orientação e acompanhamento do professor. Infelizmente essa última etapa não foi possível a execução. A escola estava funcionando de forma híbrida, numa espécie de rodízio para manter um certo distanciamento social, mesmo assim quando surgia algum caso da doença, conseqüentemente toda a turma era dispensada das aulas presenciais, foi o que ocorreu com a turma do grupo de pesquisa. Contudo apresento aqui a última etapa que serve como sugestão para a culminância do resultado da pesquisa.

Nessa etapa pode se realizar uma mostra gastronômica da panelada, ou a realização de um festival com a escolha do melhor prato. E ainda, a exposição em um mural dos trabalhos realizados pelos estudantes.

A exposição, metodologicamente permite que os estudantes divulguem o resultado do trabalho para toda a escola. O mural pode ser utilizado como meio de divulgação da pesquisa por meio de registros fotográficos, os conteúdos e as observações dos estudantes produzidos em textos ou desenhos, na sala de aula e durante a visita, nesse caso, ao local de venda da panelada. Deve-se selecionar os principais temas debatidos dos conteúdos e estudados no decorrer da pesquisa, as entrevistas transcritas, etc. Essa atividade pode ser desenvolvida por diversos grupos de estudantes, atribuindo as tarefas para cada grupo. O mural deve ser construído a partir das atividades feitas cronologicamente, de maneira clara para que todos percebam o principal objeto do trabalho.

Veja alguns passos para a elaboração de um mural:

- Levantamento de todos os materiais que estejam relacionados com o objeto da pesquisa;
- O título do mural;
- Selecionar e organizar a sequência dos conteúdos estudados, de como será exposto e de acordo com cada passo realizado no trabalho de pesquisa, (aulas dialógicas, reflexões sobre o objeto estudado, visita ao espaço da pesquisa, desenhos realizados pelos estudantes a partir de suas percepções, textos descritos, resumos, fotografias, entrevistas transcritas, etc.);

- Cada estudante deve também criar o seu álbum particular daquilo que ele produziu e observou durante todo o trabalho de pesquisa. Ele servirá para a sua apresentação na culminância do resultado do trabalho;
- Estruturar o ambiente com som, microfone e selecionar músicas de artistas locais. Caso não tenha, procurar músicas que estejam relacionadas com a temática pesquisada;
- Apresentação do trabalho e de tudo que foi produzido pelos estudantes durante a pesquisa;
- Apresentar alguma das paineleiras que fizeram parte da pesquisa para demonstrar o preparo da panelada;
- O evento é finalizado com a apresentação do prato pronto, que será distribuído para os estudantes que estão no local da apresentação do trabalho;

É importante destacar no mural o nome de todos os estudantes que participaram da realização do trabalho, além disso fazer a leitura do material exposto no mural com o uso do microfone no momento da exposição. O material exposto pode ser substituído pelos estudantes no decorrer das semanas, para que todos tenham a oportunidade de expor no mural o seu material produzido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi desenvolvida uma proposta de Ensino de História, tendo como objeto de pesquisa a Panelada e sua relação com a História local. Nessa proposta de Ensino de História foi elaborado um roteiro com quatro etapas de aplicação, com o intuito de proporcionar visibilidade à “panelada” como patrimônio cultural da cidade de Imperatriz – MA.

O desenvolvimento desse trabalho possibilitou aos estudantes conhecerem os espaços que estão inseridos socialmente, se sociabilizar nesses espaços e enxergar as diversidades culturais e humanas existentes em nossa cidade. A aplicação das aulas dialógicas, reflexivas sobre a história local e de patrimônio cultural, propiciaram aos estudantes refletirem as suas percepções sobre a temática abordada e construir um conhecimento de que o patrimônio cultural é categorizado numa diversidade de elementos.

A proposta apresentada nesse trabalho para o Ensino de História, ao utilizar a Educação Patrimonial não foi para seguir fielmente um guia de instrução para aprender sobre o patrimônio cultural, como se os estudantes tivessem que passar por um processo de alfabetização cultural, mas, pautada na ideia de proporcionar aos estudantes a problematização, o questionamento e o relacionamento com o patrimônio cultural e o seu modo de vida, com suas experiências, refletindo para novas possibilidades, reconhecendo-se como sujeitos históricos.

As etapas da pesquisa realizadas com os estudantes oportunizaram a eles conhecerem um pouco mais da história local e ainda enxergar o patrimônio cultural relacionado a sua classe social e ainda outros tipos de patrimônio relacionados a cultura popular. Interessante ressaltar aqui, que depois do início desse trabalho muitos estudantes que fizeram parte desse projeto, procuravam-me e traziam exemplos de outros tipos de patrimônio cultural de natureza imaterial, que geralmente não são destacados e que fazem parte culturalmente da cidade de Imperatriz, como a dança do “lindô”, dança do coco, festa do divino e outros tipos que estão ligados a expressão popular.

Observa-se que a partir do início da prática dessa experiência de trabalho com os estudantes, ao referendar um tipo de objeto que está presente no cotidiano, e considerando como patrimônio cultural do lugar, estimulou os estudantes a enxergarem outras possibilidades que estão ao seu redor. Os questionamentos, trocas de ideias, a construção de reflexões (e desconstruções), proporcionaram um novo olhar de entendimento de como os

elementos da história local ou regional influenciaram culturalmente a cidade de Imperatriz, podendo assim, observar suas mudanças e permanências. Além disso, despertou nos estudantes o comprometimento e a capacidade questionadora do espaço em que estão inseridos, além do engajamento e disposição para conhecer e cuidar daquilo que é parte do conjunto de elementos do patrimônio cultural, que dão significados e sentidos à vida dos moradores desses espaços históricos. Essas experiências podem ser ampliadas e divulgadas para que expanda o conhecimento, e que as pessoas percebam a amplitude e a importância que o patrimônio cultural, principalmente o do tipo imaterial, que é bem mais amplo em sua diversidade e intrínseco à cultura popular.

Essa experiência foi de suma importância para mim como estudante, professor e pesquisador, assim também para os meus alunos e alunas que vivenciaram na prática esse trabalho. Além das leituras, estudos e discussões teóricas, a prática da pesquisa foi trabalhosa devido aos diversos percalços ocorridos no desenvolvimento da respectiva e trabalho.

No início do ano letivo de 2020, foi aplicado um questionário socioeconômico para conhecer um pouco sobre o perfil dos estudantes. A segunda etapa foi a aplicação da aula dialógica e reflexiva sobre patrimônio cultural e sua relação com a história local, em que houve inclusive, grande dificuldade da presença dos estudantes na escola. A escola “Mariana Luz” fica situada numa área periférica da cidade. Nas duas primeiras semanas do início das aulas, aconteceram fortes chuvas na cidade de Imperatriz e houve alagamentos que atingiram a casa de muitos estudantes. Devido a esses problemas as aulas foram suspensas por uma semana, por determinação do secretário municipal de educação. Na segunda semana do mês de março ao retomar às aulas, a intenção foi realizar a visita guiada com os estudantes, isto é, a terceira etapa do trabalho de pesquisa, mas logo surgiu a notícia da pandemia causada pela Covid19; motivo que prejudicou e tornou inviável o andamento do trabalho. As aulas foram suspensas e retomadas somente em junho de 2020 de forma remota.

No contexto da pandemia, vivemos situações de horrores. Posso afirmar pelas minhas próprias experiências, que tive que lidar com perdas de vários amigos e amigas próximos, acidentes fatais com parentes, contaminação de familiares com casos de internação e o agravamento de um transtorno depressivo. Diante dessa situação de tantas dificuldades não perdi a fé de continuar as atividades. No fim de setembro de 2021 as aulas foram retomadas de forma híbrida, as turmas de aulas foram divididas em dois grupos em que cada semana um grupo participava presencialmente, enquanto o outro grupo participava à distância por meio da plataforma digital disponibilizada pela secretaria municipal de educação. Mas sempre que surgia um novo caso de contágio por algum dos estudantes de determinada turma, as aulas

eram suspensas e retornava às atividades somente depois de uma ou duas semanas. Foi somente na retomada das aulas híbridas que pudemos realizar a terceira etapa do trabalho com a visita guiada às paneladoras/vendedoras de “panelada” para realizar as entrevistas para que os estudantes tivessem o contato com alguns dos locais de vendas de “panelada”.

Mesmo diante de todas as dificuldades, creio que o trabalho realizado foi de enorme contribuição para o processo de “ensinagem”, apesar da não concretização da última etapa, por causa do distanciamento social, na qual seria a culminância final do trabalho no ambiente escolar. Entretanto, considero que os resultados foram satisfatórios, pois o trabalho deixou possibilidades para avançar e se aprofundar na temática abordada. Proporcionou aos estudantes uma educação mais significativa, uma vez que, envolveu o seu cotidiano e oportunizou para perceberem a sua importância como sujeitos históricos. Além disso, possibilitou a mim (como professor) uma reflexão do meu papel profissional, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do meu trabalho em sala de aula. Permitiu refletir a responsabilidade e importância que é exercer a docência, e despertar em mim a relevância de perceber ao redor estratégias didáticas com novas práticas pedagógicas.

São as estratégias que fazem as mediações para facilitar o processo de compreensão dos estudantes. É exatamente esse o papel dessa proposta, para que outros professores possam ampliar, aprofundar, aperfeiçoar, enfim utilizar da didática de acordo com a realidade dos seus estudantes. A partir das experiências que obtive, despertou-me a necessidade de continuar o estudo dessa temática, no que se refere ao patrimônio cultural, pois é bastante vasto. Observei a necessidade de aprofundar os estudos nessa área.

Percebi também a importância de continuar com essa temática devido à dificuldade de muitos estudantes em compreender a sua realidade e relacioná-la com o contexto histórico. O ensino de história tem que estar relacionado com o cotidiano dos estudantes, para que eles tomem consciência de sua realidade social, pois se eles não conseguem entender o porquê de sua realidade social, econômica, política, cultural, o ensino de história se torna sem significado ou sem sentido, que na verdade é de mérito da disciplina.

A pretensão desse trabalho foi também de fazer com que os estudantes pudessem relacionar a sua realidade socioeconômica com um tipo de patrimônio cultural popular, nesse caso - a panelada, que teve sua origem a partir da necessidade das camadas mais pobres da sociedade e a maioria dos estudantes da escola pública pertencem a essa condição social. Ademais, pode ser também utilizado como estratégia de resistência à dominação cultural de uma classe social que se diz elitizada.

A intenção não foi discorrer sobre a historiografia da gastronomia, mas se utilizar dessa iguaria como objeto que tem uma tradição cultural, que é um subproduto do gado, que foi utilizado para colonizar a região, tendo forte influência na história local. Portanto, o mais importante é enfatizar a sua dimensão pedagógica para o ensino de história e proporcionar a outros colegas professores a partir dessas experiências, o aprofundamento e aplicabilidade de suas realidades.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, LÉA DAS GRAÇAS CAMARGOS; ALVES, LEONIR PESSATE. **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula** – 10. Ed. – Joinville, SC: Editora Univille, 2015.

AZEVEDO, ALUÍSIO. **O mulato**. Texto integral, cortejado com a 3ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier Livreiro-Editor, 1889. 20ª edição, Editora Ática, São Paulo, 2000.

BARROS, Carlos Henrique Farias de. Ensino de História, memória e história local. **Revista de História da UEG**, 2(1), 301-321: 2013.

BENJAMIM, WALTER. **Sobre o conceito de História**. Edição Crítica. 2020.

BITTENCOURT, CIRCE MARIA FERNANDES. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2018.

BOURDIEU, PIERRE. **A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer** / Pierre Bourdieu; prefácio Sergio Miceli. – 2 ed., 1ª reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CABRAL, MARIA DO SOCORRO COELHO. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. Edições Secma.1992.

CANCLINI. NÉSTOR GARCÍA. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. Tradução de Maurício Santana Dias. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 23 p. 95-116, 1994.

CARTAS PATRIMONIAIS. **Recomendação Paris - Outubro de 2003**. 32ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, de 17 de outubro de 2003 - Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Disponível: <<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>>. Acesso em 25 de maio de 2020.

_____. **Declaração de Sofia - Outubro de 1996**. Declaração de Sofia de 09 de outubro de 1996, elaborada durante a XI Assembleia Geral do ICOMOS. Disponível: <<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>>. Acesso em 22 de julho de 2021.

_____. **Recomendação Paris - Novembro de 1989**. 25ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO – Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular. Disponível: <<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>>. Acesso em 23 de maio de 2020.

_____. **Recomendações de Nairóbi - Novembro de 1976**. 19ª Sessão da UNESCO. Disponível: <<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>>. Acesso em 19 de maio de 2020.

_____. **Recomendação Paris - Novembro de 1972**. Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Disponível: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em 23 de maio de 2020.

_____ **Recomendação Paris - Novembro de 1968.** 15ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas. Disponível: <<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em 13 de maio de 2020.

_____ **Recomendação Paris - Dezembro de 1962.** 12ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas. Disponível: <<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em 13 de maio de 2020.

_____ **Recomendação Paris - Novembro de 1964.** 13ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas. Disponível: <<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em 10 de maio de 2020.

_____ **Recomendação Nova Délhi – Dezembro de 1956.** 9ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas. Disponível: <<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em 10 de maio de 2020.

_____ **Carta de Atenas - Sociedade das Nações - Outubro de 1931.** Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus. Disponível: <<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em 10 de maio de 2020.

CHUVA MÁRCIA. Por uma História da Noção de Patrimônio Cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio**, Rio de Janeiro, n.34/2012, p.157 IPHAN - 2008.

CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL. Documento originalmente publicado pela UNESCO, Paris, 17 de outubro de 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006. Disponível: <<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>>. Acesso em 16 de julho de 2021.

CUNHA, ROBERTO CÉSAR. Ocupação e o Desenvolvimento das Duas Formações Socioespaciais do Maranhão. **Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas – CaderNAU**, v.8, n.1, 2015, p. 133-152.

DE COSTAS PRA RUA. **Um filme sobre a panelada.** Curta metragem documental. Núcleo imperatrizense de cinema experimental. Entrevista com Adalberto Franklin. Imperatriz – MA. 2012. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=zdTos-tKhpM>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

DORNER, STEFAN. OLIVEIRA, THIAGO. SCHEIDER MIRIAN. Maranhão: comparação da competitividade dos ciclos da cotonicultura (1755-1970) e da sojicultura (desde 1980). **Revista de Geografia e Ordenamento do Território – GOT**, nº 16 – março de 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

FRANKLIN, ADALBERTO. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz** – Imperatriz – MA: Ética, 2008.

_____. **Breve história de Imperatriz.** Imperatriz – MA: Ética, 2005.

FUNARI, PEDRO PAULO ABREU; PELEGRINI, SANDRA DE CÁSSIA ARAÚJO. **Patrimônio histórico e cultural**. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar E., 2009.

GONÇALVES, JANICE. Da Educação do Público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. **Revista Unissalle**. N.18, dezembro 2014.

JENKINS, KEITH. **A História repensada**. Trad. Mário Vilela. Revisão Técnica de Margareth Rago. São Paulo: Contexto, 2001.

LEAL, ANGELA BARROS. **Ceará Terra da Luz**. Editora Page, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 7ª edição. 2013.

LE MOS, CARLOS A. C. **O que é patrimônio histórico**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARTINS, SANDRA. A Experiência da Modernidade e o Patrimônio Cultural. **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas – REIA**, ano 1, volume 1 (1): 2014.

NADAI, ELZA. O Ensino de História e a “Pedagogia do Cidadão”. In: JAIME PINSK (ORG.), ELZA NADAI, PAULO MICELI, CIRCE BITTENCOURT, NICHOLAS DAVIES, M. CAROLINA GALZERANI. **O Ensino de História e a Criação do Fato: O Ensino de História e a “Pedagogia do Cidadão”**. São Paulo: Contexto, 2002. p.23 - 29.

NOGUEIRA, ANTÔNIO GILBERTO R. **Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. São Paulo: Hucitec, 2005.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Trad. Yara Khoury. Projeto História, São Paulo: PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Luiz Carlos Rocha de. **Educação patrimonial e apropriação do patrimônio cultural: estudo de caso do município de Duque de Caxias**. 2020. 249 f. Tese (doutorado) Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2020.

ORIÁ, RICARDO. **Memória e Ensino de História**. In: Bittencourt, Circe (Org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 5. Ed. São Paulo: Contexto. 2001.

PELEGRINI, SANDRA C. A.; FUNARI, PEDRO PAULO A. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2013. – (Coleção Primeiros Passos).

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5. n.10, 1992, p.200-212.

Revista de Estudos e Investigações Antropológicas – REIA. Ano 1, volume 1. Universidade Federal de Pernambuco – 2014.

RICOEUR, PAUL. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROCHA, R. G. **Modernização da Agricultura e (re) ordenamento territorial nos Gerais de Balsas/MA**. 2009. 138f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Estudos Sócio Ambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2009.

RÜSEN, JÖRN. **História viva: teoria da história: formas do conhecimento histórico** / tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SANCHES, EDMILSON. **Enciclopédia de Imperatriz: 150 anos: 1852-2002**. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

SANTOS, CECÍLIA RODRIGUES DOS. **Novas Fronteiras e Novos Pactos para o Patrimônio Cultural. São Paulo em Perspectiva**. 15(2) 2001.

SANTOS. RODRIGO LIMA; NUNES. FRABRIZIA GIOPPO. **Imperatriz do Maranhão: proposição para a compreensão do processo de ocupação e consolidação da cidade**. GeoTextos, vol. 14, n. 2, dezembro, 2018.

SILVA, MARCOS; GUIMARÃES, SELVA. **Ensinar História no século XXI: Em busca do tempo entendido**. 4ª ed., 2012. – 5ª Reimpressão, (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico) – Campinas, SP: Papirus – 2017.

TOLENTINO, Átila. **O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. João Pessoa: IPHAN- PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, (Caderno temático – 5), 2016.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO EXPLORATÓRIO PARA LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
CÂMPUS DE ARAGUAINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



Avenida Paraguai s/n – esquina com Rua Uxiramas, 77.824-838 –
Araguaina Tel: (63) 3416-5621 | www.uft.edu.br |
histarag@uft.edu.br

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

Você responderá um questionário socioeconômico, o qual servirá como instrumento para a pesquisa de Mestrado Profissional em Ensino de História.

1. Qual o seu sexo?

() Feminino (X) Masculino () Outro. Cite: _____

2. Qual a sua idade? 17 anos

3. Qual ano/série/turma você está cursando?

Ano/Série: 7 Turma: B

4. Qual cor você se declara ter?

() Branca (X) Parda
() Preta () Indígena
() Amarela () Não sei

5. Você exerce alguma atividade remunerada?

() Sim. Cite: _____ (X) Não

6. Qual a faixa de renda (R\$) da sua família?

() Até 440 () entre 440 e 880 (X) de 880 a 1.045
() acima de 1.045 () Não sei

7. Você é beneficiário de algum programa social do governo federal e/ou estadual?

(X) Sim () Não () Não sei

8. Você mora com quem?

- Pai e Mãe Somente com o pai Somente com a mãe
 Pai, mãe irmãos(ãs) Avô e Avó Somente com o avô
 Somente com a avó Somente com os irmãos e irmãs
 Outros. Cite: _____

9. Quantas pessoas moram na sua casa incluindo você?

5 Pessoas _____

10. Quantos cômodos têm na sua casa?

5 cômodos _____

11. Você mora em casa?

- alugada própria emprestada (cedida)
 de parentes outros. Cite: _____

12. Você participa de alguma religião? Se participa marque alguma.

- Cristã Católica
 Cristã Evangélica
 Matriz Africana
 Islâmica
 Outra. Cite: _____
 Nenhuma

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO EXPLORATÓRIO UTILIZADO PARA SABER DOS ESTUDANTES SOBRE O SEU CONHECIMENTO EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, CULTURA E PATRIMÔNIO CULTURAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

Avenida Paraguai s/n – esquina com Rua Uxiramas, 77.824-838 –
Araguaína Tel: (63) 3416-5621 | www.uft.edu.br |
histarag@uft.edu.br



Você responderá um questionário sobre Educação Patrimonial, Cultura e Patrimônio Cultural.

1. Você já ouviu falar em Educação Patrimonial?

() Sim () Não

2. Você sabe o que é ou já ouviu falar em patrimônio cultural?

() Sim () Não

3. Você conhece algum patrimônio cultural?

() Sim. Cite um exemplo: _____ () Não

4. Na cidade que você mora existe algum tipo de patrimônio cultural?

() Sim. Qual _____ () Não () Não sei

5. Você sabe o que é patrimônio material?

() Sim. Cite um exemplo: _____ () Não

6. Você sabe o que é patrimônio imaterial?

(4) Sim. Cite um exemplo: _____ (31) Não

7. Assinale o que você considera como patrimônio cultural.

- () igrejas () festas populares
() culinária () casas das famílias ricas da cidade
() documentos históricos () artesanatos
() livros () escolas
() obras de arte () nenhuma dessas opções
() outro. Cite: _____

8. Na sua opinião, fotografias antigas, objetos antigos, coleção de moedas antigas são patrimônios culturais?

() Sim () Não () Não sei

APÊNDICE C – ROTEIRO DE PERGUNTAS UTILIZADO PARA ENTREVISTAR AS PANELEIRAS VENDEDORAS DE PANELADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE ARAGUAÍNA



1. Há quanto tempo (o senhor ou senhora) trabalha com venda de panelada?

2. É você mesma que prepara a panelada?
() Sim () Não () Outros

3. Quem lhe ensinou a preparar a panelada?

4. O que levou você a exercer essa atividade de venda de Panelada?

5. Além da panelada, existem outros tipos de comidas que você vende nesse local? Quais?

6. Você investe em que o lucro da venda da panelada?

7. Você considera que a panelada faz parte da História da cidade de Imperatriz?
() Sim () Não

8. Você acha que a panelada pode ser considerada uma atração turística para a cidade de Imperatriz? Por quê?

9. Existe alguma associação ou cooperativa dos vendedores de panelada?

10. Existe algum tipo de evento cultural que promove a divulgação da panelada para o consumo ou venda da panelada?

11. Existe algum curso para ensinar o preparo da panelada?

12. Você acha que ter um local próprio de venda para a panelada (como o panelódromo) perde o costume, a tradição ou deixa de fazer parte da cultura de Imperatriz?

() Sim () Não

13. Você considera que a panelada faz parte da história de Imperatriz?

14. Qual o modo de preparar a panelada?

APÊNDICE D – RECEITA BÁSICA PARA O PREPARO DA PANELADA DE IMPERATRIZ



Fonte: autor, 2020

Ingredientes:

2 kg de tripas, bucho, nervos e patas do boi;

Limão, vinagre e óleo

Sal, pimenta do reino, pimentão, tomate, cebola, alho, corante e folha de louro;

Modo de preparo

Após limpar os miúdos do boi (tripas, bucho, nervos e as patas), despeje numa vasilha e coloque limão e vinagre, depois escale por uns dez minutos em fervura. Tempere com sal, pimenta do reino, pimentão, tomate, cebola, alho, corante e folha de louro. Numa panela de pressão adicione um pouco de óleo coloque somente os nervos e as unhas do boi para cozinhar, pois são mais difíceis de amolecer. Deixa cozinhar por uns trinta minutos, depois acrescente os chamados miúdos que são as tripas e o bucho e deixa ferver por mais uns 20 minutos. Sirva com arroz branco e farinha a gosto.

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO DOS PAIS DOS ESTUDANTES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE ARAGUAÍNA
HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Rua José de Brito Soares, nº 1015 | Setor Anhanguera
CEP 77.818-530 | Araguaína/TO
(63) 3413-8642 | cep.hdt@ebserh.gov.br



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Seu (ua) filho (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) para participar da pesquisa intitulada, **A Panelada como lugar de memória: Educação Patrimonial e Aprendizagem Histórica em Imperatriz Maranhão**. Esta pesquisa será realizada pelo professor pesquisador **Arnon Vieira Borralho**, estudante do **Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História – Prohistória** da Universidade Federal do Tocantins do Campus de Araguaína, sob orientação do(a) Prof.º **Doutor Dagmar Manieri**. Nesta pesquisa, pretendemos **compreender os acontecimentos no espaço em que ocupamos a partir do debate da memória e da construção do pensamento histórico tomando o patrimônio cultural como referência na prática de ensino, para o processo da aprendizagem histórica**.

Ao observar o pouco conhecimento sobre a história e a cultura da cidade, incorre a necessidade de realizar com os alunos da escola municipal Mariana Luz, do 7º ano “B” a elaboração de uma pesquisa conjunta participativa e de interferência, apresentando a panelada como elemento representativo na formação da memória afetiva e constituinte da identidade cultural coletiva local, para se ensinar história a partir dos saberes e fazeres locais de forma a viabilizar outras histórias no currículo e instigar os alunos a pensar o seu local em diálogo com outras narrativas do passado. A partir dessas observações e reflexões, sobreveio inquietações de como se trabalhar o ensino de história e o patrimônio cultural com o intuito de suscitar nos alunos e na comunidade em geral a ideia de dispor da educação patrimonial para dá maior visibilidade à memória e a cultura local. Haja vista que a cidade de Imperatriz possui um fluxo grande de migração de pessoas vindas de outros estados, e até de outros países, contudo, isso acaba que as pessoas que se estabelecem nesse local não disponibilizam de um conhecimento mais profundo da cultura, da história e suas tradições, dessa maneira, cria-se obstáculo para a possibilidade de criar vínculo cultural com a localidade.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: serão trabalhadas aulas com algumas discussões sobre Educação Patrimonial com a realização de atividades escritas sobre a temática e também com atividades extraclasse do componente curricular de História. Haverá visita guiada com o professor e alguém da coordenação pedagógica da escola até às quatro bocas, cujo local é tradicionalmente conhecido como ponto principal de venda da iguaria panelada, nesse espaço os alunos irão desenvolver a produção de textos, realizar entrevistas, fazer registros fotográficos, sonoros e audiovisuais para levantar informações importantes e necessárias para corroborar com o conhecimento histórico e saberes culturais que são determinantes para um processo transformador e desagregador de preconceitos, posteriormente irão apresentar o resultado das pesquisas em sala de aula e espaços apropriados ao tema. Os riscos para o participante do estudo em foco são mínimos ou nulos, pois se trata de situação de sala de aula e espaços de aprendizagem acadêmica. Além disso, seu (ua) filho (a) estará sempre acompanhado do pesquisador e do restante da turma de estudantes. Seu (ua) filho (a) não ficará em companhia apenas do pesquisador ou sozinho com pessoas estranhas à pesquisa.

A pesquisa contribuirá para que o(a) estudante possa expressar e disseminar infinitas visões do mundo que o cerca, e ainda adquirir um contato direto com as evidências e manifestações da cultura por meio de um processo ativo de apropriação e produção científica.

Para participar desse estudo seu (ua) filho (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e o seu filho(a) estará livre para participar ou recusar-se a participar e a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos. A sua participação é voluntária, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que ele(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou qualquer dado, material ou registro que indique sua participação no estudo não será liberado sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no **(Centro de Documentação Histórica - CDH)**, e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados, materiais e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos na sala do **Centro de Documentação Histórica - CDH** do Curso de **Mestrado Profissional em Ensino de História – Profhistória** da Universidade Federal do Tocantins - UFT e, após esse tempo, serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Declaro que li e entendi todas as informações presente neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações deste termo. Todas as minhas perguntas e dúvidas foram respondidas e esclarecidas e eu estou satisfeito com as respostas. Tenho ciência que este documento assinado e datado será arquivado pelo pesquisador responsável do estudo. Dessa forma manifesto meu livre consentimento para a participação na pesquisa.

DADOS DO PARTICIPANTE DA PESQUISA:

Nome: Beatriz Bispo da Silva

Data de nascimento: _____ Idade: 12 Anos

DADOS DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE DA PESQUISA:

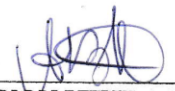
Nome: Dilma Silva Bispo

Telefone: (99) 31188 224 E-mail _____

Imperatriz (MA), 11 / Fevereiro /2020.

Beatriz Bispo
Assinatura do participante da pesquisa

Dilma Silva Bispo
Assinatura do responsável



ARNON VIEIRA BORRALHO
Pesquisador

APÊNDICE F – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE ARAGUAÍNA
HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Rua José de Brito Soares, nº 1015 | Setor Anhanguera
CEP 77.818-530 | Araguaína/TO
(63) 3413-8642 | cep.hdt@ebserh.gov.br



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, Beatriz Bispo da Silva por meio do meu responsável Wilmá Silva Bispo AUTORIZO o uso de minha imagem, captada através das mais diversas mídias, como celulares, câmeras fotográficas e filmadoras, para a utilização não comercial em fotos, folders, homepage, mídia eletrônica, ou outros meios de publicação da pesquisa, por prazo indeterminado. Em momento algum será permitido qualquer tipo de comercialização das imagens do participante, sendo seu uso restrito na tabulação de dados e formulação da narrativa da dissertação, apresentação do trabalho em eventos acadêmicos, palestras e no produto final, aqui denominado de proposição didática.

DECLARAÇÃO

Declaro que li e entendi todas as informações presente neste Termo de Autorização de Uso de Imagem e tive a oportunidade de discutir as informações deste termo. Todas as minhas perguntas e dúvidas foram respondidas e esclarecidas e eu estou satisfeito com as respostas. Tenho ciência que este documento assinado e datado será arquivado pelo pesquisador responsável do estudo. Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor do documento e compreendido a natureza e o objetivo do referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

DADOS DO PARTICIPANTE DA PESQUISA:

Nome: Beatriz Bispo da Silva
Data de nascimento: 23/12/2007 Idade: 12 anos

DADOS DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE DA PESQUISA:

Nome: Wilmá Silva Bispo
Telefone: (99) 91188224 E-mail: _____

Imperatriz, MA, 11 / fevereiro /2020.

Beatriz Bispo
Assinatura do participante da pesquisa

Wilmá Silva Bispo
Assinatura do responsável

Arnon Vieira Borrvalho
ARNON VIEIRA BORRALHO
Pesquisador